




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

Karine Albuquerque

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO PROCESSO DE
TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO LIBRAS/PORTUGUÊS**

Campo Grande/MS
2016

M	 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
ALBUQUERQUE	<p style="text-align: center;">Karine Albuquerque</p>
A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO PROCESSO DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS/LIBRAS	<p style="text-align: center;">A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO PROCESSO DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS/LIBRAS</p>
2016	<p style="text-align: center;">Campo Grande/MS 2016</p>

Karine Albuquerque

**A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO PROCESSO DE
TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS/LIBRAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof.^a Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

Campo Grande/MS
2016

A31c Albuquerque, Karine

A construção de sentidos no processo de
tradução/interpretação Português/Libras/ Karine Albuquerque.
Campo Grande, MS: UEMS, 2016.

111f.; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, 2016.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Lúcia de Escobar Chaves
de Barros.

1. Construção de sentido 2. Libras 3. Interpretação
4. Tradução I. Título

CDD 23.ed. - 419

Karine Albuquerque

**A construção de sentidos no processo de tradução/interpretação
Português/Libras**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dra. Walkyria MonteMór
Universidade de São Paulo/USP

Prof. Dr. Ruberval Franco Maciel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Nataniel Gomes dos Santos - Suplente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. João Fabio Sanches Silva- Suplente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 16 de Abril de 2016.

Ao meu Avô (*in memoriam*) e ao meu sobrinho,
por me ensinarem o que é o amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, ao final dessa rica trajetória, é poder reconhecer que nada se conquista sozinho e durante esses longos meses percebi o quanto sou privilegiada por ter tantas pessoas fundamentais, que significaram, a possibilidade de concluir este trabalho. Assim, com muito carinho, gostaria de agradecer.

À Deus que concede o dom da vida e me sustenta em todo tempo.

À minha orientadora, Professora Doutora Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, por sua coragem em aceitar o desafio de orientar o que era apenas um projeto de uma área tão emergente ainda, por sua paciência, por sua humanidade que a fizeram meu modelo de professora e pesquisadora, por respeitar meus momentos de silêncio, por ter sido sempre carinhosa e compreensiva, pelas orientações tão oportunas e sábias, pela confiança no resultado do trabalho e pela forma única como conduziu toda a trajetória da pesquisa.

À minha família, pelo amor, carinho e apoio. Meu querido irmão Lucas pelo interesse e colaboração no trabalho. Minha amada irmã Karoline quando necessário me fez retornar ao foco e dividiu comigo as tardes e a mesa de estudos. Minha guerreira mãe pela ajuda com a Língua Portuguesa, não só na dissertação, mas também, nos artigos de créditos obrigatórios. Ao meu pai que me proporcionou as condições necessárias para desenvolver a pesquisa. O meu amor e meus sinceros agradecimentos.

Ao meu esposo Diego, que sempre me incentivou e apoiou, mesmo no tempo de noivado sendo sempre paciente. Sem dúvida, seu apoio fez diferença.

Aos professores que gentilmente aceitaram contribuir com meu trabalho, Professor Doutor Ruberval Franco Maciel e Professor Doutor Nataniel Gomes dos Santos que prontamente aceitaram participar da minha qualificação e fizeram contribuições pontuais para a pesquisa.

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS, pois suas suas disciplinas foram fundamentais na construção inicial do meu conhecimento, com esclarecimentos teóricos, orientações na organização do projeto de pesquisa. Sou grata pela competência com que ministraram as aulas, momentos que tenho saudade. Posso destacar os seguintes professores: Professor Doutor João Fabio Sanches, Professora Doutora Aline Saddi Chaves, Professor Doutor Nataniel Gomes dos Santos, Professor Doutor Ruberval Franco Maciel, Professor Doutor Daniel Abrão.

À Professora Doutora Nara Hiroko Takaki por seu carinho e gentileza com que receber-me como aluna especial em sua disciplina na UFMS.

Aos surdos de Campo Grande por ensinar a sua língua e dividir comigo a beleza do silêncio e me conduzir no caminho da cultura surda me fazendo reconhecer e transitar nas fronteiras culturais. Por terem sido o início e o fim desta pesquisa, o motivo principal de minha inspiração e principalmente, por terem tornado possível o meu sonho. Destaco aqui os surdos que contribuíram diretamente com trabalho: Elaine Aparecida de Oliveira, Carlos Terrazas, João Paulo Miranda, Flávia Ortiz, Renato Damião, Wellinton Ortiz que colaborou, também, com as imagens tirando e editando as fotos e minha referência linguística em Língua de Sinais, Shirley Vilhalva.

Aos Tradutores Intérprete de Libras, companheiros de prática profissional, por terem dividido comigo muitas das inquietudes que culminaram com o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, aos colegas que participaram direta e indiretamente com a pesquisa: Ayla Lizandra Vasconcellos que fez minha inscrição para o processo seletivo do mestrado, André Aguirre do Amaral, Cláudio Luiz, Giliard Bronner Kelm, Tamires Bessa e Suliane Kelly Aguirre.

A todos os meus amigos que de uma forma indireta estiveram comigo e foram presentes mesmo não estando evidentes todos os dias: André Aguirre do Amaral,

Lúcia José dos Santos, Vera Lucia Gomes, Marivone Mendes Paz que gentilmente me levava às aulas e Suliane Kelly Aguirre.

Por fim, aos meus queridos (as) alunos (as) do curso de Prática de Interpretação Libras/Português do Centro de apoio aos Surdos CAS/SED/MS. Posso dizer que muitos deles contribuíram com os dados, com a minha formação profissional e com a motivação desta dissertação. Eles, certamente fizeram parte desta historia.

“Traduzir é criar ligações, muitas vezes perigosas; é gerar interfaces, [...] é vincular seres humanos entre si, por vezes de modo confrontativo; traduzir é conviver com um desejo que jamais se realiza, é viver na companhia constante da impossibilidade de realizar plenamente o sentido e, no entanto se traduz”.

(ADAIL SOBRAL, 2008)

ALBUQUERQUE, K. *A construção de sentidos no processo de Tradução/Interpretação Português/Libras*. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

RESUMO

A tradução/interpretação de Português/Libras requer habilidades específicas do profissional que fará a mediação, pois exige conhecimento cultural e linguístico implicados nas modalidades diferentes das línguas envolvidas no processo. Esta pesquisa aborda questões relacionadas à construção de sentido entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa resultante da mediação da tradução/interpretação. A prática do tradutor/intérprete de Libras envolve diversas competências e, entre elas, algumas específicas que podem ser compreendidas a partir das contribuições da Linguística. Para a investigação adoto como metodologia a pesquisa etnográfica de cunho interpretativo em diversos contextos sociais de uso das línguas aqui envolvidas, utilizando recursos de filmagem, com transcrições do sistema ELAN. Neste estudo, investigo enunciados que trazem alguns os conceitos que denomino, nesta dissertação, de críticos nos processos tradutórios de Língua Portuguesa/Libras realizados por um grupo de tradutores/intérpretes e surdos do Mato Grosso Sul. Tenho como objetivo investigar como se dá a construção de sentido nas traduções/interpretações em Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa quando não há, ou aparenta ter, equivalentes semânticos entre elas. No aporte teórico constam questões relativas à Língua de Sinais e suas características, o profissional tradutor/intérprete de Libras, sua formação, atribuição e as contribuições da semântica para a construção de sentido no ato tradutório. Utilizo, para a análise, seis enunciados selecionados, contextualizados a fim de estabelecer a coerência pragmática. A análise está organizada em três momentos. No primeiro, o Tradutor/intérprete faz a tradução do enunciado, no segundo, os surdos fazem a compreensão da mensagem atribuindo sentido e no terceiro há uma discussão a respeito do sentido real e o transmitido na tradução/interpretação, seguido da reelaboração dos enunciados em Libras. Esta pesquisa visa contribuir para o aperfeiçoamento das competências e habilidades necessárias aos tradutores/intérpretes de Libras nos processos de escolhas para a elaboração de construções que contém conceitos críticos. Coloco-me como tradutora/intérprete-pesquisadora buscando o aperfeiçoamento da minha prática profissional exercitando a autocrítica. Os resultados revelam que a atuação dos tradutores/intérpretes relacionadas às escolhas feitas no ato tradutório, nem sempre, expressam o sentido intencionado no discurso original, garantindo a relevância desta pesquisa.

Palavras-chave: Construção de sentido; tradução; interpretação; Libras.

ALBUQUERQUE, K. *The meaning in the process of Translation/Interpretation Portuguese/Libras: 2016*. 111 f. Dissertation (Master 's degree in Letters) – State University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

ABSTRACT

Translation/interpretation from Portuguese to Libras requires specific professional skills from the mediation, besides the cultural and linguistic knowledge of these languages. This research addresses issues related to the construction of meaning between the Brazilian Sign Language and Portuguese resulting from the translation/interpretation mediation. The practice of translator/interpreter of Libras involves many skills, and among them, some specific that can be understood from the Linguistics contributions. For research methodology to adopt as ethnographic research interpretative in various social contexts of use of languages involved here, using filming resources, with the ELAN system transcripts. In this study, we investigate statements that bring some concepts I call, in this work, critical in translation processes of Portuguese Language/Libras performed by a group of translators/interpreters and deaf of the Mato Grosso do Sul. I aim to investigate the building of meaning in translation/interpretation in Brazilian Sign Language to Portuguese when there is, or appears to be, semantic equivalents between them. In the theoretical framework included issues related to Sign Language and its characteristics, the professional translator/interpreter of Libras, their training, assignment and semantic contributions to the construction of meaning in the act of translation. For the analysis, I use six selected statements, contextualized in order to establish pragmatic coherence. The analysis is organized in three stages. At first, the translator/interpreter does the translation of the statement in the second, the deaf make understanding the message attributing sense and in the third there is a discussion about the real meaning and broadcast on translation/interpretation, followed by rebuilding of statements in LIBRAS. This research aims to contribute to the improvement of skills and abilities necessary to translators/interpreters LIBRAS in the choices of processes for the preparation of buildings containing critical concepts. I place myself as a translator/interpreter researcher seeking the improvement of my professional practice exercising self-criticism. The results show that the performance of translators/interpreters related to the choices made in the act of translation, not always express the intended meaning in the original speech, ensuring the relevance of this research.

Keywords: Construction of sense; translation; interpretation; Libras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	21
1.1. Um breve panorama histórico da Língua de Sinais do Brasil	21
1.2. Língua Brasileira de Sinais: característica e significação	26
1.3. Descrição dos aspectos linguísticos.....	32
1.3.1. Aspecto fonológico	32
1.3.2. Aspecto morfológico	37
1.3.3. Aspecto sintático	42
1.4. Língua de Sinais e cultura surda	46
CAPÍTULO II	
TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LINGUA PORTUGUESA	51
2.1 A tradução e a Interpretação	51
2.2. Tradução e interpretação da Libras.....	54
2.2.1. Tradução/interpretação cultural.....	58
2.3. Tradutor/interprete de Libras/Português.....	60
2.3.1.Histórico da atuação do TILS	62
2.4.Tradução/interpretação, campo semântico e a construção de sentidos	65
.	
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DOS DADOS.....	77
3.1. Ser ou não ser fiel?	79
3.2. Vamos sair daqui?.....	82
3.3. De quem é o Pai?.....	86
3.4. O que é insubstituível?	90
3.5. Quem fez a fofoca?	93
3.6. Cadê o dinheiro que estava aqui?	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa volta seu olhar para evolução e a importância da Língua Brasileira de Sinais - Libras para a vida cotidiana das pessoas com surdez, em consequência para a tradução/ interpretação¹, uma vez que viabiliza o acesso dos surdos aos bens e serviços sociais. A vida das pessoas surdas é baseada na mediação de uma terceira pessoa para as realizar tarefas triviais como fazer um telefonema, conversar com seus pais, resolver questões bancárias, problemas de saúde ou prestar concurso público, pelo fato de interagir socialmente por uma língua que se difere da língua majoritária do seu país.

Considerando que há línguas estruturadas e hierarquizadas dicotomicamente em torno de maiorias e minorias, e que a posta maioria organiza-se em torno do som, impondo à ausência do mesmo um sentido de falta, de déficit, a fronteira colonial assim vai se construindo, pouco a pouco, na vizinhança, na escola, no trabalho, na sociedade. Construindo assim, uma linha invisível que emerge aprofundando a distância cultural.

Não há como mencionar surdos sem reconhecer a presença do tradutor/intérprete, da mesma forma, a execução do ato de tradução/interpretação em Língua de Sinais só faz sentido se houver a presença de uma pessoa surda. Essas duas figuras se entrelaçam, compondo juntas, suas histórias.

Enquanto pesquisadora, interessei-me por desenvolver um estudo sobre esse assunto, devido a minha experiência profissional. Durante o tempo em que desempenhei a função de tradutora/intérprete de Língua Brasileira de Sinais - TILS e formadora desses, algumas inquietações relativas à função social desse profissional e a importância da qualidade do seu serviço para as relações sociais diárias das pessoas com surdez, levaram-me a buscar o aprofundamento dessas questões.

¹ Compreendemos a diferença entre a tradução e a interpretação, que de uma forma resumida pode ser traçada a partir da ideia de que o tradutor trabalha com a palavra escrita (o enunciado) e o intérprete com a palavra falada (a enunciação). Porém, para esta pesquisa usaremos a terminologia tradução/ interpretação, bem como tradutor/ intérprete, pois seguimos o conceito proposto pelo decreto 5.626 (BRASIL, 2005), em consonância com as publicações recentes da área e para contemplar os diversos contextos de atuação do profissional de línguas de sinais, incluindo os levantados para análise de dados do presente trabalho.

Muitas dessas questões, apesar de irreduzíveis a uma resposta única e homogênea, levaram-me a (re)pensar as perspectivas antes consolidadas, as posições de prestígio e poder, vislumbrando as tensões das fronteiras coloniais. Nesse sentido, acredito que entender como se constroem as relações entre si e o outro, parece ser o ponto inicial para poder (re/des)construí-las.

Comecei a trabalhar como TILS, em 2005, em função da demanda de alunos que necessitavam desse atendimento, contudo não tinha formação, tão pouco, fluência linguística para desempenhar a função. O sistema de avaliação para a contratação era flexível e o pouco que tinha aprendido no contato com surdos foi o suficiente. Não havia, na época, cursos de formação profissional e a aprendizagem se estabelecia como uma troca: os surdos me ensinavam a língua e eu fazia a tradução/interpretação das aulas. Essa experiência fez surgir dúvidas e incertezas, que foram se multiplicando a cada nova experiência profissional.

Todavia, aprender em imersão tendo surdos como referenciais linguísticos levaram-me ao um rápido amadurecimento em Libras. Com apenas dois anos de atuação fui convidada pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande – MS para ministrar os cursos de Libras por ela oferecidos, bem como ser técnica do núcleo de apoio pedagógico ao aluno com surdez, onde atuei por seis anos, participando do processo educacional dos surdos.

Em seguida, passei a compor a equipe de tradutores/intérpretes do Centro de Formação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Minha função era formar, avaliar e dar suporte ao trabalho dos TILS que atuavam na rede estadual de ensino, fazer a tradução/interpretação dos eventos oficiais do Estado do Mato Grosso do Sul e acompanhar, mediante agendamento, os surdos nas mais diversas funções sociais, como por exemplo, consulta médica, atendimento jurídico, entrevista de emprego, entre outras.

No período em que estive no CAS, o contato diário com os surdos, o desempenho da função de formadora de tradutores/intérpretes e a experiência de atuação social reavivaram em mim, as inquietações iniciais presentes na relação tradutores/intérpretes e surdos. Essas questões estavam ligadas à fluência, à formação e à responsabilidade com a implicação do ato tradutório para a vida das pessoas com surdez.

Ao longo desses dez anos, deparei-me com a seguinte afirmação feita pelos surdos e tradutores/intérpretes com mais experiência: o bom profissional é aquele que, além de ter uma proficiência linguística, tem identidade surda. Intrigada com tal afirmação, inúmeras vezes, questionei o que seria identidade surda e como faria para obtê-la, mas sempre me deparava com a mesma resposta: para obter identidade surda, o ouvinte tem que adquirir a cultura surda e perceber e interagir com o mundo da mesma forma que o surdo.

Diante dessa afirmação, e motivada pelas minhas inquietações, emergiram as seguintes questões: Quais as implicações culturais e linguísticas da tradução/interpretação? Como conciliar as questões culturais e linguísticas a fim de construir sentido no ato tradutório? Qual a natureza das inadequações mais recorrentes na atuação de tradutores/intérpretes de libras com fluência? Quais as implicações de uma tradução inconsistente para as relações cotidianas das pessoas com surdez?

Partindo desses questionamentos, iniciei a escrita desta dissertação, focando nas questões implicadas no ato tradutório e as questões sociais, embora consciente de que poderia modificá-lo ao longo do percurso. No decorrer do processo, impulsionada pelas novas teorias que fui apresentada nas aulas do mestrado, decidi lançar um de olhar mais criterioso para a tarefa do tradutor/intérprete e conseqüentemente, minha prática profissional diária. Problematizar alguns aspectos relacionados ao percurso dos tradutores/intérpretes de Libras, que têm uma imersão na cultura surda me pareceu uma das vias para investigar os processos tradutórios nas zonas de contato entre surdos e ouvintes.

As traduções/interpretações das práticas sociais apresentaram-se como um campo que evidenciou as fronteiras linguísticas entre surdos e ouvintes, possibilitando um olhar à construção de sentidos realizada a partir, e no, do ato tradutório. A questão cultural era o aspecto que mais me atraía nas traduções/interpretações que presenciava, e, ao verificar o *locus* de enunciação, foi possível encontrar a (im)possibilidade de construir sentido despontando pelo viés da cultura surda e das questões histórias que constituem o sujeito surdo em uma sociedade centrada na sonoridade.

Nesse sentido, pode constatar que nos últimos anos, as discussões em torno da tradução/interpretação para a Língua de Sinais (AGUIAR 2008; MACHADO 2009; AQUINO 2014) surgem comprometidas, principalmente com as relações entre sujeito e linguagem, possibilitando uma mudança significativa na reflexão sobre o papel desempenhado pelo tradutor/intérprete.

Considerando que a Língua Brasileira de Sinais apresenta na sua estrutura uma variedade de recursos que permite a execução dos mais diferentes tipos de enunciados, como nas demais línguas, sua complexidade é amplamente discutida entre os surdos e tradutores/intérpretes, bem como entre pesquisadores na área da Linguística e da Tradução. Essa gama de recursos e sua complexidade permitem inúmeras opções léxico-morfológicas e escolhas gramaticais durante o ato tradutório, revelando espaços que demandam investigações.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa consiste em investigar como o sentido é construído a partir das traduções/interpretações em Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa quando não há, ou mesmo quando aparenta ter equivalência, semântica entre os enunciados. Como objetivos específicos, proponho aprofundar os conceitos linguísticos da Libras em seus aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos além de analisar as escolhas léxico-morfológicas dos TILS durante o ato tradutório Português/Libras.

A tradução/interpretação envolvendo línguas de diferentes modalidades deve ser encarada como uma ação transformadora que envolve diferentes momentos na construção de sentido a partir dos recursos visuais inerentes a língua. O surdo atribui sentido nas mensagens considerando suas experiências, cultura, interesses e contexto sócio-histórico. Ao passar pela (re)construção e transformação de sentido no ato tradutório, o sentido é passível de outras leituras, interpretações e construções pelos surdos.

Apesar de a tradução ser tradicionalmente reconhecida como manifestação linguística e comunicativa das pretensões ou particularidades de determinada cultura em um dado momento, até recentemente não se concebia um tradutor/intérprete de línguas de diferentes modalidades. A especificidade linguística pode trazer consigo, muitas questões a serem resolvidas. A investigação sobre a sintaxe espacial, a atribuição de valor gramatical para expressões corporais e faciais, bem como a simultaneidade lexical, entre outras

características, marcam uma ruptura com o modelo tradicional de tradução/interpretação e a descoberta de um novo horizonte de expectativas.

Procuro refletir sobre as ideologias, as identidades e os valores culturais expressos no uso social da língua em relação às comunidades envolvidas, possibilitando uma análise sobre as práticas dos profissionais tradutores/intérpretes considerando que elas podem interferir de maneira significativa na construção de sentido. Assim, o tratamento metodológico das pesquisas nos dias atuais exige um olhar mais flexível e sensível em relação a uma sociedade de conhecimentos múltiplos, simultâneos e dinâmicos (TAKAKI, 2013).

Dessa forma, busco considerar nesta pesquisa o *lócus de enunciação* (BHABHA, 1998) tanto da pesquisadora, quanto dos profissionais e dos participantes da pesquisa. O emprego do termo se traduz em reconhecer no momento da enunciação as situações de contextos de todos os participantes da pesquisa, respeitando suas posições sociais e históricas.

Esta pesquisa configura-se, portanto, em uma autoetnografia, isto é, uma combinação entre autobiografia e etnografia com o objetivo de descrever e analisar a experiência pessoal resultante da prática em um enfoque cultural (GEETZ, 1989). O caráter autoetnográfico está baseado na minha atuação como tradutora/intérprete de Libras/Português, conduzindo-me a posição de pesquisadora, TILS e participante da pesquisa.

A escolha metodológica na perspectiva pós-colonial (BHABHA, 1998) ao mesmo tempo em que me impôs o maior desafio no processo investigativo justifica a escrita em primeira pessoa desta dissertação. Nesse processo precisei rever minha atuação profissional, para com os surdos sob uma ótica menos hierarquizada, reconhecendo minha condição de aprendiz. A escolha metodológica convidou-me a experimentar outras lentes no sentido de compreender as particularidades da comunidade surda e sua língua (re) significando minha atuação profissional.

Dessa forma, para efetivação da atual pesquisa, a coleta de dados foi efetuada por meio de gravações em vídeos de traduções/interpretações simultâneas de enunciados retirados de diversos contextos sociais, recorrentes no cotidiano das pessoas com surdez. O exercício da tradução consistiu em passar

os enunciados da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais simultaneamente.

Para a transcrição dos dados recorri a um sistema que, minimamente, fosse capaz de oferecer uma visão ampla dos dados, permitindo que os mesmos pudessem ser abordados e explorados por diferentes vieses (QUADROS; PIZZIO, 2009; MCCLEARY, 2010). Assim, para potencializar a transcrição, padronização e informatização dos dados, bem como a flexibilidade em sua exploração, decidimos utilizar o software ELAN (Eudico Language Annotator) disponibilizado gratuitamente.

No primeiro capítulo discorro sobre a legitimação da Língua Brasileira de Sinais como língua natural dos surdos, pontuando sua história e descrevendo brevemente seus aspectos linguísticos. É possível perceber que ao longo dos anos, a Língua de Sinais ficou à margem dos estudos e pesquisas na área da linguística e da tradução, pois não era entendida pela sociedade como uma língua de relevância que merecesse qualquer investigação. Para o diálogo dessas questões recorro, principalmente, aos estudos elaborados por Britto (1995), Felipe (1998), Quadros e Karnopp (2004).

O segundo capítulo aponta para as concepções teóricas sobre a tradução/interpretação, com o intuito de investigar as especificidades implicadas pela diferença de modalidade linguística, enfatizando o aspecto semântico na construção de sentido trata, também, de uma contextualização da atuação do tradutor/intérprete de Libras que vem se consolidando atrelada à mudança na representação social feita pelos ouvintes no que diz respeito as pessoas com surdez.

Tomando por base os Estudos da Tradução, faço pontuações a respeito da tradução/interpretação da Língua de Sinais, como parte indispensável na mediação social das pessoas com surdez. O termo tradução/interpretação será usado neste trabalho, considerando a modalidade das línguas envolvidas no processo de transformação do texto, uma vez que o ato tradutório Português/Libras passa, inevitavelmente, pelas modalidades escritas e vocal/sinalizada.

No o terceiro capítulo, com a análise dos dados levantados, no *corpus* do trabalho com as traduções/interpretações, realizadas por profissionais e a

compreensão da mensagem pelos surdos que participaram como Participantes da pesquisa. A análise foi feita à luz do aporte teórico estudado no percurso deste trabalho.

Finalmente, pensando a tradução/interpretação como um processo, busco analisar os elementos das línguas e suas significações, como aparato técnico para a produção dos sentidos pretendidos no trabalho do tradutor/intérprete de Libras. Para tanto, destaco algumas considerações em torno dos aspectos apontados pela análise do ato tradutório, a fim de contribuir para minimizar possíveis efeitos inesperados no acesso e constituição social do surdo.

CAPÍTULO I - A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da Língua Portuguesa falada no Brasil (BRASIL, 2002). A Libras possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza. Enquanto instrumento de prática social, favorece o acesso ao conhecimento cultural científico. Assim, busco neste capítulo, entender a Língua Brasileira de Sinais, fazendo um retrospecto de suas raízes históricas até sua legitimação pelo Estado brasileiro. Fazemos também um apontamento de suas características linguísticas, explicitando seus níveis estruturais básicos: fonológico, morfológico e sintático.

1.1. UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL

A história da Língua Brasileira de Sinais se entrelaça com a trajetória dos surdos e suas conquistas sociais, é por meio dela que narramos essa história. Podemos dizer que a Língua de Sinais surgiu com as primeiras escolas para surdos no século XVIII em que se percebeu que a comunicação ultrapassava os limites da mímica.

O dado histórico mais consistente nesse sentido surge na França com o método totalmente sinalizado, criado pelo abade Charles Michel de l'Épée em 1750, que obteve grande êxito e tornou-se um referencial para educação dos surdos por não utilizar a oralização, apenas a Língua de Sinais parisiense. Nesse sentido, Ramos (2014, p.19) coloca que:

Há uma mudança radical na metodologia de ensino que vigorava no renascimento, já que os alunos de l'Épée aprendiam a língua escrita e a Língua de Sinais, deixando a oralização de lado. Outro ponto importante do trabalho do abade é que seus antigos alunos foram se tornando professores, trazendo uma mudança de comportamento inédita na comunidade surda.

No Brasil os primeiros registros da Língua Brasileira de Sinais datam de 1857, ano de criação do Instituto Imperial de surdos-mudos no Rio de Janeiro,

atualmente renomeado como: Instituto Nacional de Educação de surdos – INES, fundado por Dom Pedro II, a partir do modelo europeu que conheceu na França.

Com o objetivo de propagar e fortalecer a Língua de Sinais como meio de comunicação e instrução para as pessoas com surdez que aqui viviam o imperador, antes de voltar ao Brasil, em 1856, contratou o professor e ex-aluno do instituto parisiense para surdos Enert Huet.

Durante os anos que esteve na direção do instituto, Huet contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento e estabilização linguística da Língua de Sinais Brasileira. Uma das suas mais importantes contribuições foi o início da escrita do livro *Iconographia dos Signaes dos surdos-mudos*, que consistia em uma reprodução do dicionário da Língua de Sinais Francesa, com alguns sinais utilizados pela comunidade surda brasileira, que anos mais tarde foi publicado.

A obra iniciada por Huet facilitou a comunicação entre os professores e alunos, proporcionando recursos linguísticos para a comunicação das pessoas com surdez. Porém, a liberdade de expressar a Língua de Sinais não foi duradoura. A divulgação da decisão do congresso de Milão pôs fim à liberdade de sinalizar e chocou todas as comunidades surdas no mundo.

Tal decisão refere-se à substituição do uso das Línguas de Sinais nas escolas de surdos pelas línguas orais e foi tomada durante o Congresso Internacional de Educação de Surdo em 1880, cujo objetivo era discutir a qualidade da Educação de Surdos e a escolha do método mais adequado para o ensino.

O método oral que teve como principal defensor Gran Bell saiu vencedor por ser considerado superior ao método de sinais. Foi implantado obrigatoriamente no INES, ignorando quase três décadas do uso de Língua de Sinais e a vontade da comunidade surda. Posteriormente foi implementado em todas as escolas de surdos dos países (INES, 2007, p.34).

Em razão disso, a Libras passou a ser desvalorizada pela sociedade e pela Educação, sem significar que ela tenha deixado de existir. No INES, os alunos surdos passaram a se comunicar de forma escondida nos refeitórios e dormitórios. Durante os anos de proibição, a Língua de Sinais encontrou meios para se fortalecer como sistema linguístico e se propagar pelo país. Assim como relata esta autora surda sobre o período durante a sua infância na escola de surdos:

Quando um dos professores se virava para escrever no quadro-negro, tínhamos hábito de trocar informações na língua de sinais, persuadidos de que ele não nos escutava, já que não nos via. Ora, no começo, ele se voltava todas as vezes, era estranho, não compreendíamos imediatamente por quê. Com o passar do tempo, dei-me conta de que, ao falar com as mãos, sem saber, emitíamos ruídos com a boca. Cuidamos então de não mais emitir nenhum som e, desde aquele dia, trocamos nossas lições o mais tranquilamente possível (LABORITT, 1994, p. 84)

Neste período, o instituto atendia unicamente meninos de todas as regiões do país e funcionava em regime de internato. Mesmo com a imposição do método oral, os alunos encontravam meios de aprender novos sinais com os colegas de outros estados. Quando esses surdos retornavam para suas cidades no período de férias, tinham a tarefa de ensinar, secretamente, aos outros surdos, os sinais aprendidos no INES.

Por volta de década de 1980, a Língua de Sinais retorna ao seu *status* de importância para a comunicação e interação social da pessoa com surdez, em virtude de pesquisas linguísticas que vinham sendo desenvolvidas desde 1960 nos Estados Unidos, às custas do fracasso social e educacional dos surdos. Na década de 1990, em função da necessidade de melhorar a qualidade do ensino na sala de aula do INES, surge a profissão de monitor surdo para ser mediador na transmissão e no processo de ensino-aprendizagem entre professor ouvinte e alunos surdos realizados, outra vez, em Língua de Sinais.

Segundo dados históricos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-FENEIS (2000), o termo Libras foi criado no ano de 1987. A sigla tinha como principal objetivo trabalhar a divulgação da comunidade surda no Brasil e o respeito para com as pessoas que utilizam esta língua. Assim, no ano de 1989 surgiu o primeiro curso de Libras no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa documental mostra que, após a realização de uma passeata, a demanda pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais ganhou mais força em junho de 1995, na cidade do Rio de Janeiro. Um grupo de ativistas criou o comitê pró-oficialização da Libras, cujo presidente era o militante surdo Silas Queiroz.

A constante mobilização pró valorização da Libras feita pelo movimento surdo liderado pela Feneis, junto com as associações de surdos somaram forças

com avanço das pesquisas linguísticas e ganhou a atenção do legislativo brasileiro. No ano de 2002, a Língua Brasileira de Sinais obteve seu reconhecimento como língua da comunidade surda do Brasil de fato.

Os movimentos sociais alavancados pelos surdos estabeleceram, como uma de suas prioridades nos últimos anos, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Foram várias as estratégias adotadas para tornar pública a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Instaurou-se em várias unidades da Federação a discussão sobre a "Língua de Sinais dos surdos", determinando o reconhecimento, por meio da legislação, dessa língua como meio de comunicação legítimo dos surdos, como já citado nessa pesquisa. Esse movimento foi bastante eficiente, pois gerou uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a Língua Brasileira de Sinais, culminando na Lei Federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país:

Art. 1

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Essa lei foi uma vitória comemorada com entusiasmo pela comunidade surda e por profissionais que trabalham na área. Ela assegura aos surdos que a Libras seja sua língua materna e que a Língua Portuguesa seja sua segunda língua, na modalidade escrita e/ou oral, por ser a língua oficial do Brasil.

Além da conquista linguística, a regulamentação feita pelo decreto 5.626/05 garante que o poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos usem e difundam a Libras como meio de comunicação das comunidades surdas do Brasil. Além disso, inclui o ensino da Libras nos sistemas educacionais de esfera federal, estadual, municipal e do Distrito Federal nos cursos de formação em Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior.

O reconhecimento da Libras como língua oficial, outorgou aos surdos, os direitos políticos e o respaldo legal na luta pelo acesso a uma sociedade bilíngue, como também, o serviço de profissionais tradutores/intérpretes, principalmente na área da educação. Participando dessa discussão, Geraldi (2003, p.99) destaca que “línguas minoritárias que tenderiam ao desaparecimento em função da globalização, acabam marcando as diferenças e por isso estão sendo retomadas conscientemente como lugares de desenho de uma identidade própria”. Sendo assim, a Língua de Sinais, mesmo minoritária, constitui-se o traço mais consistente da cultura surda, possibilitando aos surdos a construção de uma identidade baseada em sua principal característica, a visualidade.

As línguas de sinais foram fortalecendo-se, à margem da hierarquização e possibilitaram construção de sentidos que não estão sob o controle dos ouvintes. A relação de poder estabelecida pelas línguas orais não conseguiu calar uma língua cujos movimentos corporais dispõem toda uma gama de significantes com instâncias espaciais e visuais. Por isso, os territórios simbólicos dos surdos, tornaram-se espaços de resistência cultural e de revitalização de um outro tipo de produção de sentidos, de saber e de poder.

Pode-se dizer que a Libras sobreviveu de maneira heroica nesses longos anos de proibição, escapando das barreiras sociais e linguísticas. Os livros destinados à língua, principalmente o *Iconographia*, contribuíram não só para a resistência da Libras, como também para o seu desenvolvimento.

Nessa evolução, ocorreram, fenômenos linguísticos como os de mudanças lexicais, no decorrer dos anos que se desdobram até os dias de atuais. Nesse sentido, não posso deixar de citar a influência que a Libras sofreu do contato com a Língua Americana de Sinais, realizado pelo compartilhamento pedagógico entre seus propagadores, decorrente da amizade dos tempos em que ambos estudavam no instituto parisiense para surdos.

A Língua de Sinais usada no Brasil de forma sistematizada surgiu a partir da criação do INES em 1857, dessa forma a língua hoje reconhecida é utilizada pela comunidade surda brasileira há 157 anos. Anterior a essa data não foram encontrados registros históricos da Libras, porém é possível presumir que havia “dialetos” utilizados para a comunicação das pessoas com surdez quando Huet chegou ao Brasil, uma vez que a publicação do dicionário *Iconographia dos*

Signaes era uma adaptação da Língua Francesa de Sinais e os sinais usados pelo surdos locais.

As línguas de sinais sofreram o impasse, e ainda sofrem para se firmar como meio legítimo de expressão. Ao remontar a sua história, se constata as relações desiguais de poder. A história representa, também, uma via pela qual se pode denunciar as concepções coloniais que foram imputadas a Língua de Sinais, e conseqüentemente aos surdos, em âmbito social, econômico e culturalmente durante anos. A seguir discorrei a respeito das características linguísticas da Libras evidenciando sua posição de língua materna da pessoa com surdez, e sua consolidação como uma das línguas nacionais.

1.2. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: CARACTERÍSTICA E SIGNIFICAÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais, como as demais línguas de sinais, foi criada pelo contato dos surdos em comunidade, que foram passando ao longo de gerações. Ao dizermos que trata-se de uma língua gestual-visual, refiro-me ao canal de comunicação, movimentos gestuais feitos com as mãos e expressões faciais que são percebidos pela visão, para transmitir uma mensagem, diferente da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva em que o canal de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos.

Antes de considerar os aspectos linguísticos da Língua de Sinais ressalto que, apesar de durante muitos anos a Libras ter ocupado o *status* de linguagem, desde seu reconhecimento com a lei federal 10.436 aprovada no ano de 2002, ela passou a ser uma língua oficial e um direito dos surdos. Nesse sentido, Quadros (2006, p. 01) destaca que “os surdos brasileiros resistiram à tirania do poder que tentou silenciar as mãos dos surdos, mas que, infelizmente, fracassou nesse empreendimento autoritário”, apesar disso, ainda há quem rotule, de uma maneira equivocada, Língua Brasileira de Sinais como linguagem.

Língua e linguagem têm definições distintas. A primeira é um produto social e cultural, já a segunda é a habilidade que o homem tem de produzir conceitos os relacionando com uma forma, tais como a arte, a dança, o teatro. As línguas naturais são fatores intrínsecos ao homem, um sistema linguístico usado por uma comunidade. Destaca-se o fato dela não ser de exclusividade das línguas orais,

pois a Língua de Sinais já foi cientificamente estabelecida como língua natural. Brito (1998, p.5) afirma ao considerar línguas de sinais como naturais:

As línguas de sinais são línguas naturais porque como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua estrutura permitem a expressão de qualquer conceito descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano.

Os estudos linguísticos sobre as línguas de sinais datam de 1960, quando Stokoe (1960), americano, propôs uma análise linguística da American Sign Language (ASL) em seus aspectos estruturais básicos: fonologia, morfologia e sintaxe, o que tornou as línguas de sinais equivalentes às línguas orais constituídas de gramática própria.

Assim, como língua natural, encontra-se em Libras, além de uma gramática, o que veremos detalhadamente ao longo dessa pesquisa, outras características linguísticas: a produtividade/criatividade, a flexibilidade, a descontinuidade e a arbitrariedade, comuns às línguas orais. Além disso, os pesquisadores vêm evidenciando o fato de as línguas de sinais serem sistemas linguísticos ou relações simbólicas visual-espaciais, isto é, o significante de seus signos não são organizados mentalmente acusticamente, mas em imagens visuais, e os signos e os enunciados dessas línguas são construídos no espaço físico, diante dos nossos olhos.

No que tange as características, Gesser (2010) destaca que a produtividade/criatividade pode-se dizer que, trata da possibilidade de combinações possíveis entre as unidades, de forma infinita, para formar novos elementos, palavras ou sentenças. A flexibilidade refere-se à versatilidade nos diversos usos da língua, por meio da qual, podemos prometer, discutir, apaziguar, entre outras possibilidades. Em relação à descontinuidade pode ser definida como as diferenças mínimas entre duas palavras que acarretam mudança de significado. Já a arbitrariedade diz respeito às regras convencionadas que regem a língua.

Independentemente de mostrar que as línguas sinalizadas são naturais, a maior parte dos estudos sobre as línguas de sinais, até pouco tempo, tinha como

principal objetivo, encontrar semelhanças gramaticais e discursivas entre as línguas orais e as línguas sinalizadas. Tais estudos têm apresentado evidências nas línguas de sinais para hipóteses de caracterização da língua humana levantada a partir da análise e da descrição das línguas orais. A ideia era a de que, assim, seria mais fácil provar que as línguas de sinais são de fato línguas naturais.

Dessa forma, um dos compromissos desta dissertação é (re)construir a concepção de língua e cultura, imposta a parcela surda da população brasileira. Recorro as contribuições de Monte Mór (2014) quando coloca que a nossa sociedade concebe línguas, linguagens, conhecimentos e perspectivas na qual prevalecem as convenções e as generalizações, como se todos os falantes do país se comunicassem e pensassem de maneira igual, não havendo diferenças. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) fonte elucida e corrobora para a nossa discussão e militância na busca por assegurar os direitos linguísticos das pessoas com surdez em nosso país.

Os direitos linguísticos são simultaneamente individuais e coletivos, e adota, como referência da plenitude dos direitos linguísticos, o caso de uma comunidade linguística histórica no respectivo espaço territorial, entendendo-se este não apenas como a área geográfica onde esta comunidade vive, mas também como um espaço social e funcional indispensável ao pleno desenvolvimento da língua.

O emprego da terminologia “língua” desvinculado do termo “linguagem” pode parecer desnecessário, contudo para comunidade surda o significado ultrapassa as questões linguísticas. Trata-se do reconhecimento de anos de luta pró a valorização de sua comunicação e conseqüentemente a aceitação de sua cultura. No caso específico do nosso país implica em direitos legais em poder utilizar a Língua Brasileira de Sinais socialmente, garantindo o tradutor/intérprete de Libras em atendimentos da saúde a educação. Contudo, Masutti (2007, p.25) contribui que:

Após muitos enfrentamentos dos movimentos de resistência surda com o governo federal, a lei de Libras foi sancionada, reconhecida “como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos a ela associados”, entretanto, no parágrafo único, consta: “a Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa”. Ao se afirmar que

“Libras não pode substituir o Português”, abre-se uma zona fronteira de tensão. Assume-se, de uma forma problemática, que a Língua Portuguesa é imprescindível, e que, portanto, inegociável como sistema; em outras palavras, um horizonte que todos devem alcançar em nome da soberania nacional. Evidencia-se que permissão e controle coabitam, paradoxalmente, em um mesmo plano, com ambivalências incontornáveis. A Língua Portuguesa é tomada como referência para as criações e legalidades, e a língua de sinais é admitida como um meio de comunicação, mas de certa forma, considerada inferior em relação à língua soberana da nação. A lógica do mundo sonoro prevalece e demarca seu território político, estabelece sua prerrogativa de não negociar regimes de validades, empurrando para a subalternidade o que não reconhece como legítimo, ou se reconhece, o faz com um estatuto que denuncia uma posição inferiorizada.

Em diálogo com a autora, arrisco a dizer que embora muito já se tenha escrito sobre o conceito de língua e das categorias de denominação a elas atribuídas como dialetos, socioletos e outros, ainda há dificuldade de se falar sobre este tema. Em linhas gerais, Guisan (2009) ressalta que podemos considerar alguns fatores que contribuem para tal dificuldade. O primeiro deles está relacionado ao fato da língua ser um produto cultural e o segundo diz respeito ao fato das línguas serem sistemas condicionados aos universais da mente humana; e por fim, devido ao seu caráter ideológico. Neste último, destaca-se a utilização da língua como um elemento primordial tanto individualmente quanto em comunidade. Ao explicar o vínculo existente entre língua e identidade, o autor ressalta:

Entretanto, importa lembrar que o Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí a eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza”, há apenas uma etapa rapidamente percorrida na história dos nacionalistas em particular, e dos etnocentrismos e racismos, onde o desprezo através da representação das outras línguas alimenta os preconceitos em geral. (GUISAN, 2009, p. 18)

No discurso identitário que envolvem as pessoas com surdez constata-se o uso da língua de sinais como o principal marcador da diferença em relação aos ouvintes. Dessa maneira, o surdo pode ser definido como sujeito social com

identidade singular e que busca ser respeitado e valorizado em suas particularidades culturais e linguísticas diante da sociedade.

A fronteira colonial estabelecida pelo som faz divisas entre os dois sujeitos. Fronteiras que tem relação com a posição dos enunciadores do discurso. Não são os surdos que enunciam a diferença. Os lugares da enunciação vão além de espaços geográficos estabelecidos, eles adquirem uma dimensão política colonizadora. Os surdos podem assumir suas culturas e sua língua no espaço materno, mas em outros espaços a sua posição discursiva é nula. O favorecimento do uso da Língua de sinais depende das circunstâncias políticas, e dos espaços em que são produzidas.

Em uma óptica política-histórica, cada grupo linguístico, ao dominar uma determinada língua, define sua própria identidade de pertencimento a um coletivo específico. Daí, qualquer imposição linguística produz o que Guisan (2009) denomina de ameaça a pureza, motiva o desprezo e preconceito às outras línguas.

Podemos entender assim, que a resistência em aceitar a língua de sinais, no Brasil, justifica-se pelo fato destas minorias linguísticas estarem inseridas em um contexto em que já existia uma língua com *status* de nacionalidade e dessa forma, imposta pela sociedade como língua superior. Neste caso, o Português, em detrimento da língua brasileira de sinais.

A forma de hierarquização das línguas segundo Guisan (2009, p. 20) nada mais é que uma maneira de moldar socialmente a identidade dos indivíduos. Afirma o autor: “o nome atribuído às línguas, longe de ser inócuo, resulta em um projeto que visa a moldar as representações identitárias dos indivíduos dentro de determinada sociedade”. Ao serem criadas categorias linguísticas, são dados prestígio e poder a algumas em detrimento de outras.

Por esta razão durante um longo período na história dos surdos, a língua de sinais não era considerada como língua, mas como mímica, conseqüentemente seus usuários como inferiores aos ouvintes. Só a partir do reconhecimento da Libras como primeira língua para os surdos brasileiros, por força de lei, que estes indivíduos vêm se fortalecendo enquanto cultura específica por meio de sua língua. Strobel (2008, p. 44), afirma:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

No discurso da autora surda, vê-se a nítida relação que é feita entre língua e identidade buscando ratificar para o leitor que os surdos se estabelecem como povo com sua cultura e em busca de afirmação de identidade frente à sociedade majoritária ouvinte.

Os conflitos são instaurados, especialmente, quando são criadas as fronteiras discriminatórias e hierarquizantes que balizam o padrão uniforme a ser seguido socialmente em relação som e à voz. A dinâmica da exclusão dos surdos gira em torno da atribuição de valor imperativo ao que é produzido pelas cordas vocais; uma vocalização que se inscreve em fronteiras coloniais.

Neste momento pós-colonial, a situação bilíngue dos surdos é indiscutível, contudo, é imprescindível criar espaços de negociação social. As políticas linguísticas no Brasil se configuram, ainda, em uma hierarquia vertical onde o Português ocupa o topo seguido pelas demais línguas existentes, apesar dos movimentos em prol o reconhecimento das diversidades linguísticas do país.

Vivemos um cenário simbólico de negociação política, a coexistência da língua brasileira de sinais e a Língua Portuguesa no espaço em que o surdo está inserido. Faz-se necessário termos claro que os espaços políticos que cada uma das línguas envolvidas ocupa, para surdos e para ouvintes, não são os mesmos. As linhas conceituais são concretizadas de forma diferente, o que Bhabha (2003) refere como os entre - lugares por meio de relações intersticiais.

Para esse fim deveríamos lembrar que é o inter o fio cortante da tradução e da negociação, o entre - lugar que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do povo. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos. (BHABHA 2003, p. 69).

Portanto, seguindo o proposto pelo autor referido, estamos diante de entre meios, de frestas, de contradições, de representações simbólicas que influenciam

diretamente no cotidiano dos surdos brasileiros. Vale ressaltar que os acordos são possíveis quando os interessados passam atuar como os artistas protagonistas e não mais como meros expectadores. Quadros (2005) coloca que, enquanto convidado, a sua posição sempre é subalterna a de quem o convidou. Assim, os espaços de negociação tornam-se possíveis quando se abrem para que as alteridades convivam umas com as outras. Para Bhabha (2003), a negociação toma forma no lugar da negação. Os ouvintes não precisam mais negar a Libras, bem como os surdos não necessitam mais negar a Língua Portuguesa.

Uma vez definida como língua e não mais como linguagem, podemos ratificar que as línguas de sinais não são pantomimas ou universais, ou seja, a Língua de Sinais americana (ASL) difere da Língua de Sinais Francesa (FSL) que por sua vez difere da brasileira e assim por diante. A Libras ainda apresenta variações regionais e suas estruturas gramaticais não dependem das línguas orais.

Dessa forma, a Língua de Sinais, por se tratar de uma língua visual, é considerada como a língua materna dos surdos por não estar associada ao canal oral-auditivo e por sua modalidade favorecer a sua aquisição pelo surdo, além de contribuir para o seu desenvolvimento linguístico, social e cognitivo.

A seguir discorrei a respeito da gramática da Língua Brasileira de Sinais e sua estrutura nos níveis; fonológicos, quanto as suas unidades mínimas, morfológico, pontuando os processos de formação dos sinais e as classes gramaticais; sintático, destacando a singularidade da sintaxe espacial e ordem frasal em Libras considerando as questões implícitas no discurso.

1.3. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS LINGUÍSTICOS

Como já mencionado nesse estudo, os estudos linguísticos sobre as línguas de sinais datam de 1960, quando Stokoe (1960), americano, propôs uma análise linguística da American Sign Language (ASL) em seus aspectos estruturais básicos (fonológico, morfológico e sintático), o que torna as línguas de sinais equivalentes às línguas orais constituídas de gramática própria.

A Língua de Sinais contém todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, fonologia, semântica, morfologia, sintaxe preenchendo

assim, os requisitos científicos para ser considerado instrumento linguístico de poder e força. Além de possuir todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua, a Libras demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua.

A Libras é dotada de uma gramática composta por itens lexicais, que se estruturam a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos, os quais, embora apresentem especificidade, seguem também princípios básicos gerais. Estes são usados na geração de estruturas linguísticas de forma produtiva, possibilitando um número infinito de construções, a partir de um número finito de regras.

Há também, componentes pragmáticos convencionais, codificados no léxico e na estrutura da Libras que permitem a geração de sentidos implícitos, sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. Esses princípios regem também o uso adequado das estruturas linguísticas da Libras, isto é, permitem aos seus usuários usar estruturas nos diferentes contextos que se lhes apresentam, de forma a corresponder às diversas funções linguísticas que emergem da interação no dia-a-dia, bem como dos outros tipos de uso da língua. Discorrei, sobre os aspectos fonológicos da Língua de Sinais, de modo a exemplificá-los a fim de descrever, brevemente, algumas regras gramaticais relevantes.

1.3.1. Aspecto Fonológico

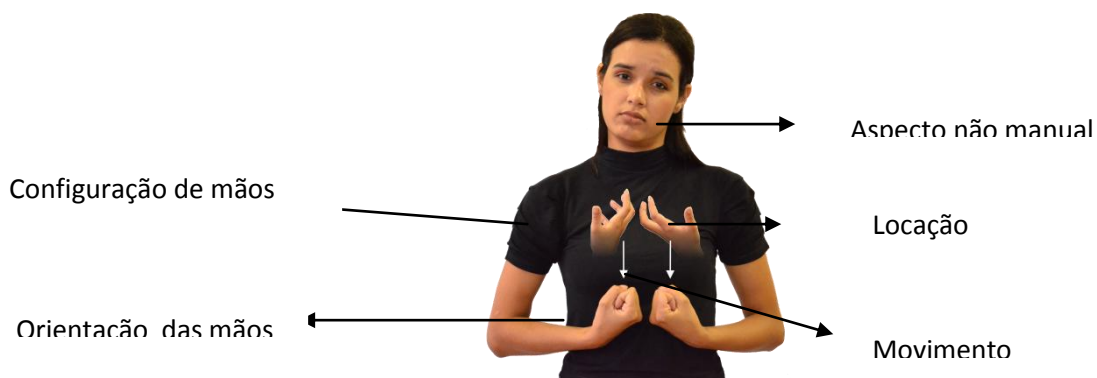
Do ponto de vista linguístico pode-se considerar como atribuição da fonologia, identificar quais são as unidades mínimas do sistema, quais aspectos dessas unidades são contrastivos e como essas unidades são restringidas por diferenças e similaridades sensoriais entre Língua de Sinais e línguas orais (QUADROS; KARNOP 2004).

A fonologia das línguas de sinais preocupa-se, dentro de modelos descritivos e explanatórios, em identificar a estrutura e organização dos constituintes fonológicos. Portanto, é a parte da linguística que estabelece as partes mínimas que formam os sinais. As possíveis combinações entre essas unidades e as demais variações são objeto da fonética.

Os articuladores primários da Língua de Sinais são as mãos, assim, as informações linguísticas são recebidas pelos olhos. Stokoe (1960) propôs o uso da terminologia “quirema”, oriunda do grego, cujo significado é mão, e para o estudo de suas combinações o termo “quirologia”. Porém se estabeleceu o uso dos termos fonema e fonologia, pois sendo as línguas de sinais naturais compartilham dos mesmos princípios linguísticos inerentes das línguas orais, conforme afirma Quadros e Karnop (2004, p.48):

As línguas de sinais, conforme um número considerável de pesquisas contém os mesmos princípios subjacentes de construção que as línguas orais, no sentido que têm um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais e uma gramática, isto é, um sistema de regras que regem o uso desses símbolos. Existe também a hipótese de que a forma das línguas de sinais é determinada pela gramática universal inata e pela interação entre a percepção visual e a produção gestual.

Assim, as normas que regem o sistema lexical e, até mesmo a elaboração exata do mesmo, em Língua Brasileira de Sinais estão baseadas em pesquisa inicialmente proposta para a ASL. Nos primórdios dos estudos feitos por Stokoe (1960), o pesquisador propõe um esquema linguístico fonológico para analisar a formação dos sinais de forma a decompô-los em três parâmetros que não agregam significado isoladamente os nominou de configuração de mãos, locação da mão e movimento. Posteriormente, com os estudos de Battison (1974) foram acrescentados os parâmetros de orientação das mãos e os aspectos não manuais. Conforme exemplificado a seguir:



O desenvolvimento de modelos fonológicos a partir dos trabalhos de Stokoe (1960) como fez possibilitou a noção de uma ordem linear, demonstrando a sequência das unidades que compõem os sinais, e apresentou um

aperfeiçoamento dos parâmetros e das relações estruturais entre as unidades na descrição fonológicas dos sinais (QUADROS 2004, p.49).

Configuração de mãos refere-se à forma que a qual as mãos tomam para realizar os sinais, que vão além das letras do alfabeto manual. Em Libras foram identificadas sessenta e três configurações de mãos conforme Pimenta e Quadros (2007). Locação é o lugar no qual o sinal é feito podendo a mão tocar o corpo ou apenas se articular no espaço. Movimento é o parâmetro que envolve desde os movimentos internos dos dedos até os movimentos direcionais no espaço (BRITO 1995).

Conforme mencionado, os estudos posteriores de Battison (1974) incluíram a orientação como a direção da palma da mão na produção do sinal, pode ser para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para esquerda ou para direita. No que diz respeito aos aspectos não manuais, englobam as expressões faciais, movimento do corpo e do olhar, que durante a formação de um sinal é fator decisivo pra formular o conceito, isto é, uma mudança de aspecto não manual pode mudar o significado do sinal, como por exemplo, os sinais das palavras: bravo e sério.



Bravo (expressão facial ríspida)

Sério (expressão facial neutra)

A Libras faz o uso extensivo de aspectos não manuais. Tais aspectos possuem significado diferente dos traços paralinguísticos das línguas orais (entonação, sotaque, ritmo, entre outros). Nas línguas de sinais as expressões faciais são elementos gramaticais que compõem sua estrutura linguística.

Os parâmetros também apontam os traços distintivos que restringem linguisticamente as possíveis combinações entre as unidades mínimas, assim como acontece na Língua Portuguesa como, por exemplo, as palavras “faca e

maca” com vocábulos distintivos. Outro tipo de restrição em Língua Portuguesa é o de não se admitir três consoantes em uma mesma sílaba. Em Libras chamamos essas distinções entre sinais de pares mínimos como conceituado a seguir:

Uma das tarefas de um investigador de uma determinada de Língua de Sinais é identificar as configurações de mãos, as locações e os movimentos que têm caráter distintivo. Isso pode ser feito comparando-se pares de sinais que contrastam minimamente, um método utilizado na análise tradicional de fones distintivos das línguas de naturais. (QUADROS; KARNOP 2004, p.51).

Tomemos para análise de fones distintivos, os pares mínimos em Libras “conversar” e “marrom”. Ambos possuem a mesma locação, movimento, orientação da palma da mão e expressão facial, que no caso dos sinais analisados se mantém neutra, opondo-se apenas no parâmetro da configuração de mãos como podemos observar na ilustração a seguir.



Conversar

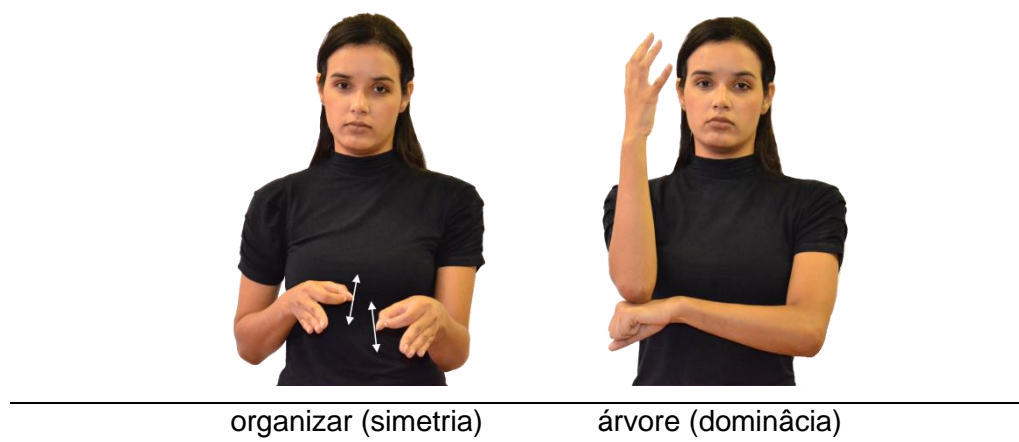
Marrom

Pares mínimos da Libras que se opõe apenas no parâmetro de configuração de mãos

A respeito da produção e restrições dos sinais é a utilização de uma ou das duas mãos, estabelecendo assim uma relação de dominância, quando apenas uma mão está ativa enquanto a outra serve de apoio, e de simetria, quando ambas são ativas. Tal condição indica se é correto ou errado produzir um sinal.

Tal fato pode ser explicado na relação de simetria que, só se pode articular um sinal, com movimento, quando as duas mãos possuem a mesma configuração, como o sinal de “organizar”. Consequentemente a dominância

admite configuração de mãos distintas, porém a mão que servirá de apoio não se movimenta como no sinal de “árvore”.



A partir da análise dos parâmetros, que são as unidades mínimas, entendemos que as línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural (GESSER, 2010). Podemos dizer então que se formam unidades mínimas que, combinadas, formam unidades mais complexas, como vemos a seguir com os aspectos morfológicos.

1.3.2. Aspectos Morfológicos

Morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras ou dos sinais, bem como das regras que determinam a formação do mesmo (QUADROS 2005). Há na Língua Brasileira de Sinais, assim como no Português, um rico vocabulário léxico que, dotados de recursos, permite a criação de novos sinais, diferente das línguas orais que diversas vezes são formadas a partir da adição de um prefixo ou sufixo. A respeito da morfologia podemos destacar:

A morfologia tradicional apresenta basicamente duas áreas de investigação: derivacional e flexional. A primeira detém-se ao estudo da formação de diferentes palavras com uma mesma base lexical, por exemplo, no Português “sonhador” é derivado de “sonhar”. A segunda envolve os estudos dos processos que acrescentam informação gramatical a palavra que já existe (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 47).

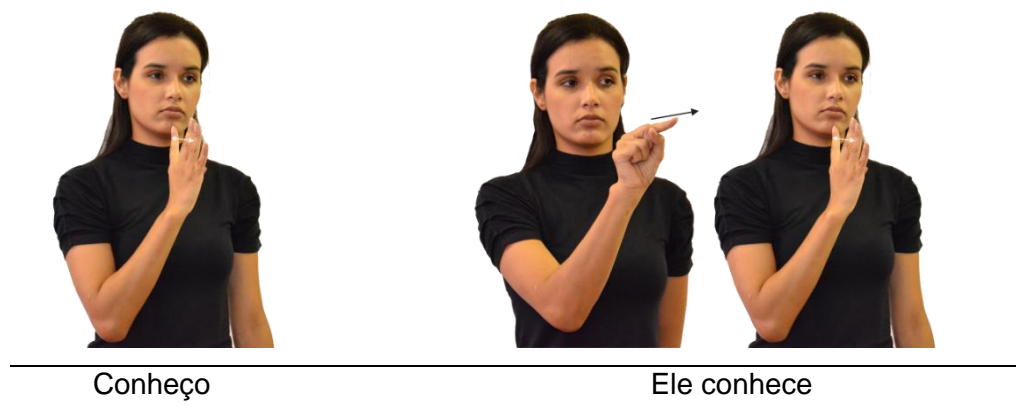
Um processo comum de criação de novos léxicos é a derivação de nomes dos verbos e vice-versa, envolvendo mudança de categorias gramaticais. Outra possível forma é a composição, ou seja, dois sinais com significados distintos se

combinam dando origem ao um terceiro e a incorporação que pode ser: de um argumento, um numeral ou de negação.

A morfologia tem como umas de suas funções, a mudança de classe, isto é, a utilização da ideia de uma palavra em outra classe gramatical. Forma-se um novo léxico para se utilizar o significado de um já existente num contexto ocupando uma classe gramatical diferente. Um tipo de processo bem comum na Língua de Sinais é aquele que deriva verbos de substantivos (ou vice-versa), caracterizado principalmente pela mudança do parâmetro do movimento (QUADROS; KARNOPP 2004, p. 96).

Algumas categorias gramaticais da Libras merecem um olhar especial devido a sua especificidade na língua, uma vez que marcados principalmente pelo uso do espaço como seu principal articulador. São elas os verbos, pronomes, adjetivos e classificadores. Esses se destacam como os principais objetos de estudo da morfologia da Língua de Sinais.

Os verbos em Libras são divididos em três tipos: simples, direcionais e espaciais, segundo Brito (1995). Os verbos simples são aqueles que sofrem variação e não incorporam afixos locativos geralmente são os verbos com locação no corpo, como o verbo “conhecer”, que não sofre nenhuma variação de pessoa ou número. Assim, em Libras para dizer “eu conheço” ou “ele conhece”, a variação é apenas pronominal, o verbo permanece da mesma forma. Em primeira pessoa o pronome pode ser omitido.



Os verbos direcionais, também conhecidos como verbos com concordância, flexionam em pessoa, número e aspectos, porém também não incorporam afixos locativos. Dessa forma, esses verbos em Libras variam conforme a pessoa do discurso, por exemplo, nas construções “eu ensino” e “ele

me ensina”, o verbo sofre uma alteração na orientação da palma da mão para concordar com a pessoa do discurso. Os verbos direcionais podem ainda ser alterados no parâmetro do movimento.



(Eu) ensinar (ele)



(Ele) ensinar (eu)

Os verbos espaciais são aqueles que apenas incorporam os afixos locativos; são aqueles que vão depender de um lugar determinado para ser articulado, isto é, dependem sempre dos complementos para sua execução. Alguns autores, como Felipe (2001) trazem esses verbos como classificadores verbais ou verbos classificadores, pois incorporam o objeto que sofre a ação, conforme o exemplo do verbo “tomar”, que em Língua Portuguesa em alguns dos exemplos podem ser traduzidos como “beber”.



Banho



Água de coco

Os verbos apresentam a flexão de plural em grande parte pela repetição do sinal, pela anteposição de sinais referentes aos números, ou pelo movimento semicircular, que deve abranger os objetos envolvidos (BRITTO 1995). Segundo os estudos feitos por Klima e Bellugi (1979), com base na língua americana de sinais, existem oito processos de flexão: pessoa, número, modo, foco temporal,

aspecto temporal, aspecto distributivo e reciprocidade. A esse respeito, diz Quadros (1995, p. 112):

[...] Flexão de pessoa muda às referências pessoais no verbo; número indica o singular, o dual, o plural e o múltiplo; grau apresenta distinções para menor, mais próximo, muito; modo apresenta distinções, tais como graus de facilidade; reciprocidade indica relação ou ação mútua; foco temporal indica aspectos temporais, tais como início, aumento, graduação, progresso, consequência, etc; aspecto temporal indica distinções do tempo, tais como há muito tempo, por muito tempo, regularmente, continuamente, incessantemente, repetidamente, caracteristicamente, etc; aspecto distributivo indica distinções, tais como cada, alguns especificados, alguns não-especificados, para todos, etc.

Os adjetivos na Língua Brasileira de Sinais estão sempre na forma neutra, não recebem marcação de gênero e número. Para expressar o grau recorre-se a um intensificador, o que se trata de uma variação na expressão facial e/ou corporal ou no movimento do sinal. No caso de adjetivos descritivos, como por exemplo, camisa de bolinhas essa será articulada, desenhando-a no espaço ou no corpo do sinalizador.

A questão do gênero na Libras, citado anteriormente, difere da Língua Portuguesa, que utiliza as desinências modificando os nomes. A marcação de gênero na Libras se dá pelo uso dos sinais indicadores: feminino ou masculino, se antepondo ao nome. Como por exemplo, o sinal de homem ou mulher antes do sinal de casado para dizer esposo ou esposa, isso independe da classe gramatical que pertença a palavra.

Quanto aos classificadores, são um traço morfológico bastante evidente em Libras. Para Felipe (2001), os classificadores são formas que podem substituir o nome que as precedem; podem vir junto com o verbo para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo. O recurso gramatical do uso dos classificadores fornece um campo de representações que define o tamanho e a forma de um objeto, a animação corporal de um personagem e ainda como determinado instrumento é utilizado. Morgan (2005) assevera que nas narrativas, um classificador é, muitas vezes, usado para manter a referência ao objeto ou personagem antes mencionado por um sinal.

No tocante aos pronomes em Libras, são realizados em diferentes pontos no espaço, a articulação do sinal depende da pessoa a quem se faz referência e

do número. As conjunções que se destacam em Libras são: “mas”, “se”, “como” e o “porquê”, que podem ser explicativas ou interrogativas. Outra forma de referenciar pessoas e objetos se dá pelo emprego da dêixis, palavra grega que significa apontar, que pode ser de referente presente ou ausente. Podemos considerar da relação pronominal em Libras que:

Descreve uma forma particular de estabelecer nominais no espaço que são utilizados pelos verbos como parte de sua flexão. A função dêitica em Língua de Sinais, como na Língua Brasileira de Sinais e na ASL, é marcada através da apontação propriamente dita. Os referentes são introduzidos no espaço à frente do sinalizador, através da apontação de diferentes locais. (QUADROS E KARNOFF 2004, p.112).

A dêixis é um assunto amplamente discutido nas Línguas de Sinais. Na elaboração de discursos, os surdos fazem a sobreposição de várias situações de fala, principalmente com a criação do chamado espaço sub-rogado. Esse espaço é aquele em que o sinalizante incorpora o personagem de uma história que ele está contando. Como exemplificado no quadro a seguir:



(Quadros, 1997, p. 52 adaptado de Lillo-Martin & Klima, 1990, p. 193)

Quando se sinaliza o pronome de primeira pessoa nesse espaço, o sinalizante não está se referindo a si, mas ao personagem que ele está representando. As línguas orais também utilizam esse recurso por meio do discurso direto. Entretanto, nas línguas de sinais, essa questão se torna recorrente por envolver o uso do espaço de sinalização e o mapeamento dos referentes dos pronomes nesse espaço.

O alfabeto manual foi estudado como parte da semiologia da Libras, ele corresponde a representação manual da ortografia do Português. As palavras soletradas com o uso do alfabeto manual envolvem uma sequência de

configurações de mãos que possui um correspondente na escrita da Língua Portuguesa.

O alfabeto digital, conforme Paden (1998) é um sistema manual que representa a ortografia da linguagem oral. Seu emprego limita-se a soletração de nomes próprios, lugares, termos científicos e para palavras que não possuem sinais. Entretanto, o uso desse código de representação das letras alfabéticas não é um meio com o fim em si mesmo. Palavras comumente soletradas podem ser substituídas por um sinal.

Uma questão ainda discutida entre os pesquisadores que se dedicam aos estudos linguísticos da Língua de Sinais é a tênue linha entre a fonologia e a morfologias que se configuram em um delicado e vasto campo de pesquisa. Porém, lembro que há muito que descrever e analisar nas Línguas de Sinais, principalmente, considerando o pouco tempo do reconhecimento linguístico e de pesquisas dedicadas a ela. Diante do exposto, passarei para a discussão do aspecto sintático.

1.3.3 Aspecto Sintático

O aspecto sintático é aquele que se ocupa da estrutura da frase. É a parte da linguística que estuda a estrutura interna das sentenças e as relações entre as suas partes Quadro e Karnopp (2004). Para a Língua de Sinais, essa área da Linguística considerou como objeto de estudo, a existência sintaxe espacial, transpondo as construções frasais, considerando o tipo de verbo empregado e evidenciando a concordância como um aspecto gramatical.

Para refletir sobre o nível sintático é importante lembrar que Língua de Sinais é dotada de um sistema viso-espacial ao contrário das línguas orais que possui um sistema oral-auditivo. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p.127), “de certa forma, tal desafio apresenta certo grau de dificuldade aos linguistas; no entanto, abre portas para as investigações no campo da Teoria da Gramática enquanto manifestação possível da linguagem humana”. Nesse sentido, buscarei explicar a respeito das investigações dedicadas nível sintático com parte da gramática da Libras.

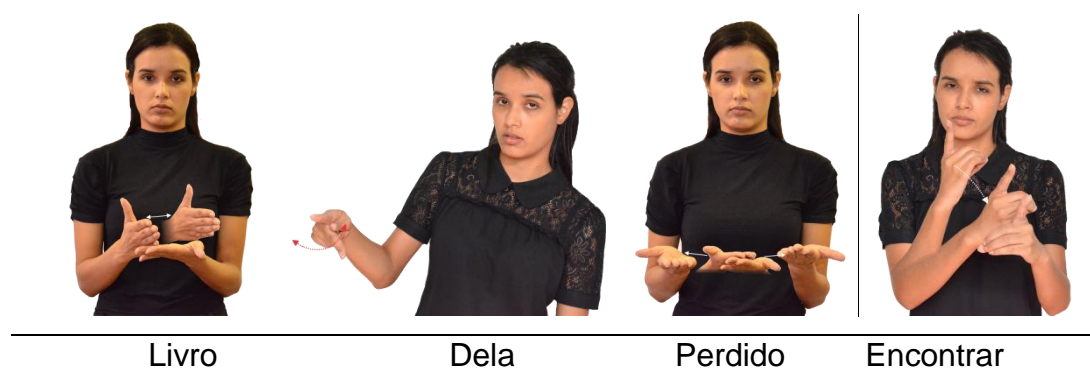
No espaço que são realizados os sinais, segundo Quadros e Karnopp (2004) o estabelecimento nominal e o uso do sistema pronominal são

fundamentais para as relações sintáticas. Como discorrido anterior, qualquer referência deve ser estabelecida em um lugar no espaço, à frente do corpo do sinalizador, porém devem ser observadas as restrições impostas pelos mecanismos espaciais.

Tais mecanismos foram elencados por Backer e Cokely (1980, p.27) e são eles: fazer o sinal em um local particular; direcionar a cabeça e os olhos, e muitas vezes o corpo em direção particular simultaneamente com o sinal; usar a apontação ostensiva antes do sinal de um referente específico, usar um pronome numa localização particular quando a referência for óbvia; usar um classificador e usar um verbo direcional incorporando os referentes previamente introduzidos no espaço.

Os verbos direcionais são também chamados de verbos com concordância. Na Língua Brasileira de Sinais esses verbos devem concordar com o sujeito e/ou com o objeto indireto/direto da frase. Há uma relação entre os pontos estabelecidos no espaço e os argumentos que são incorporados no verbo. A direção do olhar também acompanha o movimento (QUADROS; KARNOPP 2004).

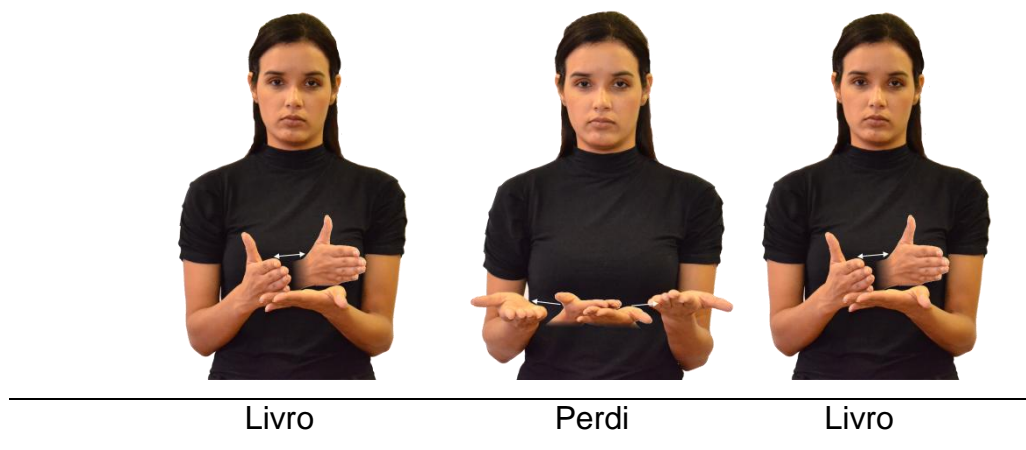
A organização das frases e as variações na ordem das palavras é um fato relevante para os estudos linguísticos de qualquer língua. Na Língua de Sinais há o predomínio da estrutura Sujeito – Verbo – objeto (SVO), embora segundo Quadros (1999), a ordem tópico-comentário pareça ser a mais utilizada principalmente por surdos que não fazem uso da oralidade. Pode-se visualizar esse tipo de sentença no exemplo a seguir, que em Língua Portuguesa possui a construção: “Ele encontrou o livro que ela tinha perdido.”.



A topicalização, realizada com bastante frequência, é definida como a distribuição no espaço dos elementos da frase, ou seja, não segue a ordem SVO. Conforme o exemplo que inicia a frase com o verbo (encontrar), pois trata-se do tópico da oração. Pode ser usada desde que não haja restrições que impeçam o deslocamento de determinados constituintes da sentença e que altere o sentido da frase. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p.148, 149).

O tópico é o tema do discurso que apresenta uma ênfase especial posicionado no início da frase e seguido de comentários a respeito desse tema. Esse recurso gramatical é muito comum na Língua Sinais brasileira. (...) A posição do tópico é a mais alta da sentença, ou seja, acima dos complementos. As derivações interrogativas associadas com a estrutura de tópico evidenciam a hierarquia entre o tópico e a interrogativa através das marcas não-manuais.

Além da construção exemplificada, as autoras colocam que existe outro tipo de construção frasal recorrente em Libras denominado tópico. Consiste na repetição do termo considerado mais importante na frase. Exemplificada de maneira visual na seguinte frase: Perdi o Livro, em Língua de Sinais:



Dada à flexibilidade da organização frasal os pesquisadores elencaram ainda como possibilidade de construção em Objeto - Sujeito -Verbo (OSV), Sujeito - Objeto - Verbo (SOV), Verbo - Objeto - Sujeito (VOS) (QUADROS; KARNOPP 2004). Perceber-se uma assimetria entre as construções, independente do tipo de verbo empregado.

A questão da concordância em Língua de Sinais se dá com o uso principalmente dos verbos direcionais, pois eles modificam sua forma quando têm

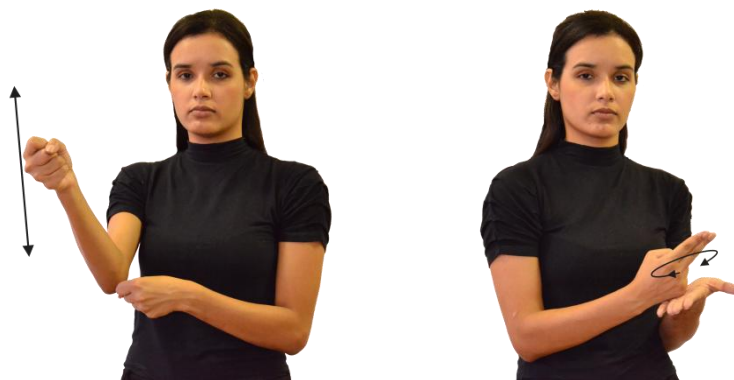
outro elemento gramaticalmente ligado a ele conforme mencionado anteriormente. Nas línguas de natureza visual é obrigatória a concordância com o verbo, ficando facultativo para o sujeito.

Para uma consideração sintática destacam-se os verbos com concordância aqueles que flexionam em pessoa, número e aspecto, são exemplos dessa categoria em Libras os verbos: perguntar, responder, dar. Os verbos com afixos locativos como: viajar e chegar apresentam sintaticamente a mesma função, entretanto se diferem no campo semântico.

Depois de analisar o comportamento dos verbos com e sem concordância em Libras, Quadros e Karnopp (2004, p.162) observaram que “os verbos com concordância comportam-se como os verbos auxiliares do inglês e os verbos sem concordância, como os verbos principais do inglês”.

Os verbos principais não podem preceder a negação (* John likes not Mary). O mesmo é observado em Língua de Sinais Brasileira com os verbos sem concordância: João < gostar não carro>. Os verbos principais não podem ser seguidos da negação sem a presença de do-support (* John not likes Mary e John does not like Mary). Isto também é observado na Língua de Sinais Brasileira: com um verbo com concordância a sentença é boa, mas com um verbo sem concordância a sentença será boa somente com um auxiliar. (QUADROS; KARNOPP 2004, p.162).

Há ainda uma subcategoria dos verbos com concordância denominados pelos linguistas de Libras como verbos “manuais”. São aqueles que configuram a mão na representação de estar segurando um objeto na mão, assim o verbo “pintar” dependendo do que se pinta o emprego na oração mudará a configuração das mãos.



Pintar (parede)

Pintar (com lápis)

Finalmente, considera-se que em Libras, o nível sintático se dá por meio da chamada sintaxe espacial, isto é, que devido à modalidade da língua as relações de estrutura frasais são realizadas no espaço. Pode-se dizer ainda que, dependendo da forma como são construídas as sentenças espacialmente, considerando os tipos de verbos, pode-se dizer se ela é gramatical ou não.

Portanto, feita a descrição gramatical da Língua Brasileira de Sinais em seus aspectos linguísticos, encaminharei a discussão para a questão cultural, uma vez que acredito não ser possível dissociar língua e cultura.

1.4. LÍNGUA DE SINAIS E CULTURA SURDA

Discorrer a respeito de cultura não é uma tarefa fácil, porém concebendo língua e cultura como fatores indissociáveis seria impossível escrever sobre língua sem inevitavelmente mencionar cultura. Portanto, iniciarei as reflexões desta sessão considerando a amplitude de conceito do termo cultura, segundo Geertz (1989), cultura é uma teia de significados que o homem teceu, sendo assim, o seu uso é passível de diversas interpretações, porém, restringirei a visão de cultura que contribuirá de forma mais pertinente com os valores propostos nesta pesquisa.

Entendo cultura, neste trabalho, como as particularidades de um povo que vão interferir em seu modo de viver e ver o mundo. Para Silva (1996) cultura é o meio pelo qual os membros de uma comunidade têm acesso às soluções criadas historicamente como um modo digno de vida. Nessa perspectiva, cultura é aquilo produzido pelo homem e diferente daquilo que é existente no mundo.

Em um nível mais profundo, as normas culturais adjacentes à educação, ao respeito e às trocas de informações possibilitam, ou não, a civilidade entre os membros de uma comunidade. Segundo Geertz (1989), “a cultura é a mediação entre o poder e o objetivo de sua ação”. Nesse sentido, a visão de mundo constituída dentro de um Ethos determinado é o que motiva as atitudes dos homens.

Segundo o antropólogo Ward Goodenough (1957 *apud* WILCOX, 2005) “cultura consiste em tudo aquilo que uma pessoa precisa saber ou acreditar de modo a operar de uma maneira aceitável em relação aos outros membros.” É a

forma que as coisas se dão nas mentes das pessoas, seus padrões de aprender a relacionar e interpretá-las.

Em âmbito geral, a cultura é um tema em que se divergem as opiniões dos pesquisadores, “apesar de uma grande história de descrições e definições de cultura em várias tradições, o conceito continua a oferecer mais indagações do que respostas” (SILVA 1996, p.25), ou seja, o resultado de processo histórico particular de cada povo.

O fato é que a cultura não só permite ao homem adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, às suas necessidades e a seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza (CUCHE 2002 p.10).

Portanto, não há um conceito único e irrevogável de cultura e se faz necessário o reconhecimento da existência de muitas culturas e da compreensão dos espaços, histórias, subjetividades e língua de cada povo, valorizando, dessa forma, o modo de viver e de se relacionar de cada um deles.

Na perspectiva pós-colonial as definições de cultura fogem dos centrismos e das denominações de alta, baixa, má ou boa e fazem referência às diferentes culturas. Monte Mór (2002, p 148) contribui colocando “o que vem caracterizando as últimas décadas, no entanto, vem a ser o fato de que a variedade, a diversidade, a divergência, a pluralidade de crenças, pensamentos, comportamentos e valores tornaram-se socialmente visíveis.” Pode-se dizer que neste momento é considerado o que é periférico, marginal, fronteiroço.

A terminologia “cultura surda” aparece há aproximadamente trinta anos e funciona como um conceito legítimo da comunidade surda, firmando-se, cada vez mais, como verdade e realidade no espaço social ocupado pelas pessoas com surdez. Assumindo a responsabilidade que lhes foi negada historicamente de protagonizar sua história, a esse respeito Menezes de Souza (2007, p. 11) corrobora ao dizer que:

Ao resgatar a dimensão do espaço e lugar, passa-se a perceber que as narrativas se formam em contextos específicos por sujeitos específicos social, cultural e ideologicamente constituídos, e que por isso podem assumir a responsabilidade por contar a suas próprias histórias e serem responsabilizados por isso. Com isso, o sujeito social, de mero personagem numa história modernista

contada por outro (desconhecido) passa, politicamente, no contexto pós-moderno, a ser o narrador de sua própria história.

No entanto, pode-se constatar que para muitas pessoas, a referência a uma cultura surda torna-se irrelevante e muitas vezes incômoda. Skliar (2010, p.28) afirma que “talvez resulte fácil definir e localizar, no tempo e no espaço, um grupo de pessoas, mas, quando se trata de refletir sobre o fato de que, nessa comunidade, surgem ou podem surgir processos culturais específicos”. É comum a rejeição à ideia da cultura surda, trazendo com argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica, principalmente, no que tange a uma mesma nação. Tal concepção perde-se no momento em que as pesquisas, segundo Monte Mór (2002), apontam a percepção para as suas faces multiculturais.

A crescente emergência dos tais fatos e dados, muitos dos quais não se enquadram nas descrições monoculturais, convergentes e generalizadoras, já ‘naturalizadas’ ao longo dos anos, gera uma tensão diante da impossibilidade de enquadrar as imagens que se tornam cada vez mais visíveis. Ou seja, sempre houve o diverso, o ‘multi’, o ‘trans’ e o plural, mas a forma convergente que busca o consenso da definição ao se construir conhecimento culminou por excluir - ou tratar como exceção ou margem o que foge à convenção, à homogeneidade, ao padrão – o que não poderia ser generalizado ou reconhecido em seu valor universal. (MON MÓR, 2014, p.10)

A surdez esteve associada durante anos, de forma direta, à parte clínica. Dessa forma, os surdos estavam destinados à utopia de se tornar, um dia quem sabe, uma pessoa capaz de ouvir. Nessa ótica não se tolerava a Língua de Sinais e muito menos a existência de uma cultura surda e esses sujeitos eram apenas condenados a viver sob uma aculturação, isto é, adaptando-se a outra cultura dominante e colonizadora, que não a sua.

As conexões entre cultura e colonização sugerem que as relações culturais comportam uma tensão e uma força para a atribuição de sentidos. A palavra colonização já apresenta um depósito de sentido que agrega violência e disputa de poder, e a palavra cultura agregada a ela retira a inocência de que ela possa ser um território neutro, com valores não conflitivos. (MASUTTI, 2007, p.23)

O conceito de uma cultura surda então, fundamenta-se na afirmação de um modo singular de compreender o mundo e nele se expressar, principalmente dada

a sua condição visual e pelo uso de uma língua de modalidade visual-gestual como mediadora do discurso. Tendo como espaços privilegiados de (re)produção, a comunidade surda, a cultura surda atua como uma série de práticas e produções específicas que delimitam um lócus de afirmação cultural, histórica, política e linguística, sustentando os vínculos de identidade entre os sujeitos que a compartilham.

Com início dos estudos culturais, a surdez passa a ser vista à luz de um novo olhar, ou seja, surge a possibilidade de transformá-la em uma questão epistemológica possibilitando tratar a questão da língua, da identidade e da diferença. A normalidade, desde então, pode ser indagada e reconstruída sob um prisma diferente da estética e não apenas subjugado a uma língua dominante.

O reconhecimento da existência da cultura surda implica em considerar olhares, comportamentos, costumes e práticas específicas de um grupo linguístico minoritário e torna-se fator fundamental para as principais lutas travadas por essa comunidade. Mais que uma campanha teórica, a concepção da cultura surda é o fundamento para uma série de argumentos e bandeiras políticas do povo surdo.

A cultura surda não é restrita, fechada ou amordaçada. Para Burke, (2003) todas as culturas estão envolvidas entre si e nenhuma delas é única e pura, todas são híbridas, heterogêneas.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos. (STROBEL 2008, p.96)

Assim as especificidades culturais dos surdos se materializam na língua, costumes, modos de socialização, subjetividade, expressividade e funcionamento cognitivo, portanto, tudo isso faz parte da cultura surda. A imputação do conceito cultural para as pessoas com surdez teve um caminho árduo, porém bem sucedido. Os estudos voltados para a cultura surda outorgou aos surdos o direito de serem diferentes, logo, oportunizou a eles uma identidade com marcas sociopolíticas.

A partir do momento em que os surdos começaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram como um povo por meio de uma língua, de acordo com Souza (1998), passou a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico de sua identidade.

A Língua de Sinais é a expressão mais forte da cultura surda e o que torna irrefutável sua existência são os traços particulares da comunidade surda tais como: a experiência visual, a literatura surda, o tradutor/intérprete, o toque, os acenos, o olhar que é importantíssimo para a comunicação, o fato de “ouvir” a música com os olhos, a forma direta no falar sem qualquer eufemismo e as associações de surdos e intérpretes.

Participar de uma comunidade que partilha de uma forma comum sobre a diferença surda. Portanto, enfatizar a ideia de invenção da comunidade surda, a partir de uma série de elos observáveis que passam por comunicação, de uma língua específica e de um conjunto de sentimentos que liga indivíduos fazendo-os uno e os *mesmos* em determinados momentos, é condição para podermos argumentar, territorialidade, uso do tempo, do espaço e de regras sociais, permite inscrever tal discussão no campo dos estudos étnicos/culturais. (LOPES 2007, p.75)

Assim, a Língua de Sinais constitui o elemento identificatório dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uma da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente, isto é, desenvolveram as competências linguísticas e comunicativa e cognitiva por meio do uso da Língua de Sinais.

Existem fronteiras que separam a cultura surda da cultura dominante ouvinte em que está ancorada, e a primeira não se reproduz distante do contexto maior de que faz parte. Como integrantes e interdependentes de uma dinâmica cultural maior, complexa e não harmônica, a cultura surda delimita espaços onde se manifestam as diferenças comportadas nessa própria cultura hospedeira e, ao se manifestar, reelaboram-na e a redefinem.

Dessa forma os aspectos culturais, as línguas de sinais e os assuntos relacionados à comunidade surda passam a ser justificados, fato que impulsionou as camadas educacionais, à profissionalização das pessoas surdas e a atuação do profissional tradutor/intérprete de Língua de Sinais.

CAPÍTULO II - TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O presente capítulo tem o intuito de introduzir alguns conceitos à discussão do ato tradutório Libras/ Português, além de apontar o aporte teórico inerente a esta prática, sem perder de vista a especificidade da tradução e interpretação que envolve uma língua visual.

Baseados nos Estudos da Tradução discorrerei a respeito das implicações das escolhas dos elementos linguísticos feitas pelo profissional visando à qualidade da tradução/interpretação para a construção de sentido em Libras. Essa insere-se no campo semântico de construção de sentido uma vez que, toda tradução/interpretação requer um contexto social e cultural de uso das línguas. Dessa forma, as palavras possuem significados variáveis, isto é, polissêmicos que devem ser observados pelo tradutor/intérprete durante sua prática.

Portanto, procurando contribuir para o exercício da tradução/interpretação da Língua de Sinais/Língua Portuguesa, neste capítulo, discutirei elementos que julgo essenciais como: definição teórica dos termos, a importância das modalidades das línguas, o profissional e sua atuação, por fim, as contribuições da semântica para a construção de sentido no ato tradutório.

2.1. A TRADUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO

Os termos tradução e interpretação, muitas vezes, são percebidos de forma equivocada pela pouca ou nenhuma informação a respeito do assunto. Farei um rápido esclarecimento a respeito, utilizando as palavras de Leite (2004, p.44),

Historicamente, a tradução e a interpretação têm sido tratadas como atividades correspondentes. Frishberg (1990) argumenta que os termos tradução e interpretação podem ser considerados como sinônimos um do outro. As concepções tradicionais sobre interpretação tratavam, basicamente, a tradução da fala como equivalente à tradução da escrita. Conforme essa tradição, pesquisas em interpretação têm estabelecido uma correspondência entre “texto fonte” e “texto alvo” como fornecidos oralmente. Na visão de Metzger (1999a) tanto a tradução como a interpretação consistem na interpretação de um dado texto em uma outra língua.

Como visto, na maioria dos casos, esses conceitos são considerados equivalentes. Porém, Pagura (2003, p.10) assevera que “tradução e interpretação são profissões gêmeas, mas nem por isso, iguais. A tradução converte um texto escrito em outro texto escrito, enquanto a interpretação converte uma mensagem oral em outra mensagem oral. Essa diferença é crucial”. Considerando tais diferenças farei a explanação dos conceitos em questão.

Então, de modo superficial, ambas apresentam modalidades distintas de atuação entre os profissionais, implicando também em diferentes condições de trabalho de tais atividades. Enquanto o tradutor trabalha com textos escritos, o intérprete trabalha com textos orais. A diferença consiste também, nas habilidades, na formação, na aptidão e no conhecimento de língua que esses profissionais devem conter para o exercício de tal atividade.

É possível identificar duas distinções básicas para a compreensão do tema (LEITE, 2004). Segundo a autora, o termo tradução pode ser usado em sentido amplo para designar a troca de mensagens de uma língua para outra, sendo que as formas dessas línguas podem ser escritas, orais ou sinalizadas. Porém, pelo menos uma dessas línguas deverá se apresentar na modalidade escrita.

Em um sentido restrito, o termo tradução refere-se ao processo de trocas da mensagem escrita de uma língua para outra, enquanto que a interpretação refere-se a um processo de troca imediata de mensagens produzidas de uma língua para outra. Essas línguas podem ser orais ou sinalizadas, apresentando uma característica marcante em relação ao discurso: a troca imediata e ao vivo.

A tradução, conforme Santos (2006) envolve técnicas que requer um profissional habilitado e qualificado para traduzir um texto escrito de uma língua para outra. Com isto, Quadros (2004) esclarece que o tradutor é um indivíduo que traduz de uma língua para outra, implicando em um processo mais reflexivo. Na prática, pode-se dizer que tradução é todo processo que envolve, pelo menos, uma língua escrita.

Devido a este fator, o trabalho de tradução fornece aos profissionais condições físicas, mentais e culturais adequadas para a execução das suas atividades, de modo a proporcionar um resultado de melhor qualidade. Tais condições podem ser atribuídas pelo uso de vários recursos, como: tempo

significativo para levantamento de dados, espaço físico adequado para estudo, materiais diversificados para a realização de pesquisas, possibilidade de discussões e reflexões com outros tradutores, entre outros, sendo que todos estes componentes auxiliam na realização dessa atividade. Complementando, Leite (2004, p. 35) afirma que:

As condições de trabalho do intérprete e do tradutor são diferentes. Enquanto o tradutor pode interromper seu trabalho para consultar fontes internas ou externas, o intérprete tem de adquirir todo o vocabulário e o conhecimento necessário antes do ato tradutório em si. Enquanto o trabalho do tradutor é mais individual, o trabalho do intérprete pode ser realizado em equipe, a depender da natureza do trabalho. O ritmo de trabalho de tradutores e intérpretes também é diferente. O trabalho do tradutor permanecerá no tempo, enquanto o trabalho do intérprete desaparece quando o evento termina.

A interpretação, por sua vez, é um processo dinâmico que também conta com um profissional capacitado para interpretar de uma língua fonte para uma língua alvo, porém em tempo real. Nessa situação, o intérprete precisa possuir não só competências referenciais como domínio linguístico; conhecimento situacional, contextual e cultural, mas também, assim como técnicas e estratégias de interpretação para ambas as línguas. Ele dispõe de um pequeno intervalo de tempo para fazer o processamento cognitivo e transmitir os discursos enunciados.

Nesse sentido, destaco alguns autores clássicos dos estudos da tradução, tais como Gadmer (1960), que revela em suas obras que toda tradução é sempre uma interpretação, Steiner (1975) que acreditava que a compreensão é um ato como tradução e Eco (2007) afirmava que traduzir e interpretar são quase a mesma coisa. Poderia fazer uma lista de autores e suas pesquisas sobre o tema em questão, contudo o nosso objetivo é construir uma base sólida que fundamente esta pesquisa e pontuar como as pesquisas conceituam o ato de traduzir e interpretar.

Dessa forma, não poderia deixar de mencionar os pensamentos de Jakobson (1959, 1973), e suas discussões teóricas, pois delas surgiram à proposta da tríplice tipologia de tradução e tipos de interpretação. São eles: a interlinguística, a intra-semiótica e a intralinguística ou reformulação.

O objetivo do autor para tal tríplice tipologia de tradução foi de elucidar os aspectos linguísticos que há na tradução, ou seja, a categorização intralinguística, interlinguística e inter-semiótica dos diversos tipos de tradução. Considerando tais conceitos sugeridos por Jakobson (1959, apud ECO, 2007, p. 265) definiu-se:

- Intralinguística/reformulação: é “uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua”;
- Interlinguística/tradução propriamente dita: é “uma interpretação de signos verbais por meio de signos verbais de alguma outra língua”;
- Interssemiótica/transmutação: é “uma interpretação de signos verbais por meio de um sistema de signos não verbais”.

Do ponto de vista de Jakobson, é preciso que o aspecto do problema do significado não seja colocado sobre a equivalência absoluta entre a tradução e interpretação. Entende-se que o ato de traduzir não é meramente uma transposição do léxico de uma língua à outra; isto é, não traduzimos palavra por palavra, é necessário que se traduza os significados, semanticamente, e das referências que há entre as culturas. Não considero a tradução como uma atividade apenas técnica e objetiva. Sendo assim, a subjetividade da interpretação do tradutor, passa a ser uma consequência dos processos de interpretação e tradução.

Considero que tanto a tradução e como a interpretação se fazem presentes no processo comunicacional entre ouvinte e surdos, uma vez que se faz necessário tanto na modalidade oral/sinalizada, quanto na escrita como, por exemplo, nas provas de concursos. Portanto, seguindo as concepções teóricas apresentadas nesta seção, passarei a considerar as modalidades das línguas envolvidas no processo de tradução/interpretação da Libras/Português.

2.2. A TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS

A tradução de uma língua oral-auditiva, Português, para uma língua gesto-visual, Língua de Sinais, é um campo vasto para pesquisas, pois se trata de um tema emergente e recente, além de um tema amplo e complexo devido às modalidades linguísticas ali empregadas são distintas. Nesse sentido, qual seria a equivalência de uma tradução de uma língua oral-auditiva para outra que seja gesto-visual?

Para iniciar uma reflexão a respeito da tradução para Língua de Sinais, norteada por fatores culturais surdos, considero relevante conhecer algumas definições atribuídas à tradução, já que recebe diversas interpretações, dependendo da situação em que ocorre.

Nenhuma tradução, na visão Campos (1986) pode ter a pretensão de substituir o texto original, pois é apenas uma tentativa de recriação dele. E sempre poderão ser feitas outras tentativas.

Não se traduz afinal de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine o seu trabalho. (CAMPOS, 1986, p.22)

A tradução sendo intercultural, conforme o autor, pode-se dizer que a tradução se baseia em dois alicerces: a equivalência textual e a correspondência formal. Isto quer dizer que “uma boa tradução deve preocupar tanto com conteúdo quanto à forma do original, pois a equivalência textual é uma questão de conteúdo, e a correspondência formal, como o nome está dizendo, é uma questão de forma” (CAMPOS 1986 p.23). O que exige no profissional um alto padrão de qualificação.

No processo de tradução, principalmente no que diz respeito à Libras, há dois componentes que devem ser considerados: a análise da mensagem na língua de emissão e a formulação na língua alvo. Sem observar esses componentes, o tradutor/ intérprete corre o risco de comprometer a mensagem a ser traduzida. Há na Língua de Sinais duas modalidades de tradução comuns: a simultânea e a consecutiva.

Tradução/interpretação simultânea consiste em transpor a mensagem de uma língua para outra ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor/ intérprete precisa ouvir/ver a enunciação da língua fonte, processá-la e repassar na língua alvo concomitante ao enunciado. A diferença de modalidade das línguas envolvidas no ato tradutório torna mais fácil a modalidade de tradução simultânea em Libras, do que traduções em línguas de uma mesma modalidade.

Tradutores/intérprete monomodais podem selecionar palavras de qualquer uma das línguas. No entanto, devido ao fato de só poderem articular as palavras de uma das línguas de cada vez, suas decisões cognitivas manifestam-se em apenas uma das línguas de cada vez. Tradutores/intérpretes bimodais não sofrem essa restrição. Grupos distintos de articuladores possibilitam que os bilíngues bimodais fazem o uso da co-produção de sinalização e vocalização e, deste modo, produzam as palavras de duas línguas simultaneamente (QUADROS, METZGER, 2012, p.43,).

A diferença de modalidade entre as línguas torna possível a sobreposição de modalidades, uma vez que é possível que tradutores/intérpretes de língua de sinais usem, simultaneamente, sinais, produzidos pelas mãos, e palavras, visíveis na produção dos movimentos labiais (QUADROS, SOUZA, 2008). Essa possibilidade diferencia os tradutores/intérpretes de línguas orais, que atuam numa única modalidade, os TILS, que atuam entre duas modalidades distintas.

Nesse sentido, os tradutores/intérpretes de línguas de sinais que interpretam entre duas línguas de sinais, ou seja, numa mesma modalidade, sofrem restrições bem parecidas àquelas vivenciadas pelos intérpretes que atuam entre duas línguas orais.

Tradução consecutiva é aquela onde o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua fonte, processa a informação e, posteriormente, faz à transposição a língua alvo. Portanto, a tradução passa por uma situação de reescrita devido às diferenças linguísticas, principalmente, devido às diferenças culturais da outra língua.

Na tradução/interpretação Libras/Português, como ato essencialmente enunciativo, a interação é constituída dessa relação: um sujeito surdo/locutor, usuário da língua de sinais que enuncia de determinada esfera: acadêmica, política, educacional, entre outras, e um sujeito ouvinte/interlocutor que desconhece a língua de sinais e que acessa esse discurso de outro lugar, como auditório social historicamente situado.

Os tradutores/intérpretes de línguas de sinais emergiram dos movimentos realizados pelos surdos a fim de garantir a interação social entre pessoas surdas e os ouvintes, e são responsáveis pela intermediação cultural e o contato destes com a sociedade, passando a ser conhecedores e coautores das produções culturais diretamente vinculadas a estas pessoas. Ao transitarem nas diferentes

modalidades de línguas, os TILS necessitam aprender estratégias e competências linguísticas para obter um melhor desempenho nas interpretações.

No tocante a Tradução/interpretação para a Libras, é imprescindível ter atenção para os sinais e para o contexto do que está sendo sinalizado. As configurações das mãos, os espaços em que os sinais são produzidos, os movimentos, as expressões faciais, a orientação das mãos são alguns dos elementos linguísticos que compõem a Língua de Sinais, atribuindo a essa língua um grau de complexidade do qual os TILS precisam ter domínio. Faz-se necessário também ter domínio da Língua Portuguesa pelas estruturas gramaticais complexas. Essas questões implicam no desempenho em sua atuação.

O ato de interpretar envolve processos altamente complexos, afirma Quadros (2004). Tradutores/intérpretes processam a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar de maneira mais apropriada possível da informação dada na língua fonte.

Historicamente os TILS foram concebidos de forma singular diferente do que ocorre nos dias atuais, passando pelo caminho do trabalho voluntariado à profissionalização. Conforme Silva (1996, p.32):

Alguns ILS são reconhecidos profissionalmente. Esse reconhecimento se dá pela experiência e pela qualificada atuação com postura profissional e ética, bem como pela sua inserção e participação efetiva nas organizações dos grupos culturais de surdo, tais como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, as associações de surdos e os espaços acadêmicos onde transitam surdos.

Dessa forma, a função do tradutor/intérprete de Libras, que é a de passear pelas línguas com modalidades distintas, ou seja, sinal/voz – voz/sinal, fazendo com que a informação na língua alvo chegue o mais próximo possível do discurso realizado na língua fonte, está consolidada junto aos surdos.

O estudo cultural no âmbito da tradução, de acordo com Sachet (2005), se dá pelo fato da língua estar atrelada à cultura, na verdade não se traduzem línguas e sim, culturas. O intermediador é o tradutor/intérprete que lida não

somente com as línguas a serem interpretadas, mas com a cultura pertencente a cada uma delas.

2.2.1. Tradução/interpretação cultural

Existem muitas produções de pesquisadores surdos e ouvintes a respeito da tradução e interpretação cultural englobando os aspectos linguísticos, a Língua de Sinais, os traços de identidades, os aspectos sobre esses sujeitos no transcorrer da história, suas produções artísticas, sua busca por uma proposta pedagógica, respeitando a diferença e lutando por um ambiente organizado a partir da experiência visual.

Além das normas linguísticas, é imprescindível que o processo de tradução seja realizado à luz das narrativas culturais. Assim, entende-se que a equivalência da tradução também se dá na compreensão cultural do outro e pela constituição de valores, realidades e representações condizentes a outra cultura.

Segundo Perlin (2006, p 05), “transitar pelas fronteiras culturais exige dos intérpretes transpassar uma série de artefatos colonialistas, onde se mantém o olhar para a cultura surda como inferior, subalterna ou, ainda, inexistente.” No decorrer de sua atuação, os TILS desenvolvem algumas habilidades concernentes da cultura visual da comunidade surda, das quais Perlin (2006, p.22) cita:

A fluência da Língua de Sinais, a clareza da comunicação, o conhecimento específico de sinais utilizados comumente pelo sinalizante, o uso expressivo da datilologia ou alfabeto manual. Conhecer as discussões que os surdos realizam, isto é, estar familiarizado com a temática e os discursos que são enunciados, os sinais atribuídos às palavras específicas das abordagens teóricas das quais discutem, ter leitura visual clara quando se coloca a datilologia ou alfabeto manual são alguns outros exemplos das habilidades que os ILS necessitam desenvolver.

A contestação cultural de pertencimento ao grupo de surdos faz parte das exigências na linha tênue que separa a Libras e o Português. Esse lugar nem sempre é confortável, pois presenciamos relações de conflito cultural em traduzir signos que muitas vezes são intraduzíveis, de emitir a diferença cultural por meio das traduções interpretações. Estar aberto a esses conflitos pessoais e culturais

deslocando-se a cada interpretação, nos motiva a pensar sobre a tradução como algo entre culturas.

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social e específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial. (...) a “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais. (BHABHA 2005, p.78)

Essa movimentação nas fronteiras culturais das línguas das quais os TILS participam faz parte do ato tradutório. Sabendo da relevância das situações sociais específicas dos usuários da língua e, até mesmo, as especificidades características de cada língua e povo, leva esses profissionais cada vez mais a desfrutar de lugares híbridos.

O hibridismo não é mero efeito ou consequência do contato entre elementos puros num contexto de heterogeneidades estanques, mas performatiza o processo formador conflitante constante, dinâmico e incessante de linguagens, identidades, culturas, ideologias e tecnologias em contato, entrecruzamentos, travessias e contaminações mútuas. Localizado (como é o caso de qualquer cultura, identidade ou outro produto social) em espaços sociais de entrecruzamentos e travessias, o hibridismo é afetado por e afeta, traduz e é traduzido por as múltiplas e complexas estruturas de poder existentes nesses espaços com as quais interage de forma “agonística” e “antagonística”. (MENEZES DE SOUZA 2007, p.11).

Como dito antes neste trabalho, o TILS pode ser colocado como mediador cultural. Ao assumir este papel ele deve ser capaz de participar das duas culturas traduzindo as expressões, as intenções, as percepções e as expectativas de um grupo cultural para outro. Seu objetivo é mediar a comunicação de forma a promover a cooperação intercultural entre os grupos com a finalidade de concretizar as metas do discurso.

A tradução cultural da Língua de Sinais exige algumas práticas, como tornar explícito o que está implícito, ser “teatral”, isto é, usar das expressões faciais e corporais para demonstrar os personagens bem como diferentes sentimentos e estados de humor, relacionar os personagens a eventos reais de conhecimentos e experiências já vividas pelos surdos, chamar a atenção durante

a sinalização, utilizar o contato visual, ser os personagens dos discursos, usar de variações de sinais quando ocorrer repetição na fala, incentivar as pessoas surdas a compartilharem suas ideias, possuir vínculo com a comunidade, são alguns pontos que caracterizam a influência cultural dos surdos no processo de tradução dos TILS.

Por conta dessas questões pertinentes à tradução cultural da Língua de Sinais é comum presenciarmos a preferência dos surdos por este ou por aquele TILS. Ao longo dos anos de atuação profissional, por meio de estudos, observações, questionamentos e participação na comunidade surda, compreendo a necessidade dos traços culturais na tradução para que os surdos possam ter entendimento pleno da mensagem. Assim, o ato de traduzir um discurso da Língua Portuguesa para Língua de Sinais, e vice-versa, vai muito além do conhecimento linguístico, está atrelado ao pertencimento e a apropriação da cultura surda no ato de traduzir.

Assim, penso nos TILS como híbridos, como mediadores que caminham entre culturas diferentes, que sabem ocupar seus espaços em cada uma delas, descobrindo outras identidades em seu caminho de profissionalização. Talvez a mediação possa estreitar o caminho dos surdos para a inclusão social estabelecendo respeito e um espaço para o convívio harmônico das culturas: ouvinte e surda.

2.3. O PROFISSIONAL TRADUTOR INTERPRETE DE LIBRAS/PORTUGUÊS

O tradutor/intérprete, segundo Quadros (2002), é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e possui qualificação para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, ele deve dominar a língua brasileira de sinais e a Língua Portuguesa. Além da fluência das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.

O tradutor/intérprete de língua de sinais, segundo Quadros (2004) é um profissional que interpreta da língua de sinais para a língua falada e vice-versa seja em quaisquer modalidades que se apresentar. Para a autora, o TILS é a

pessoa que, sendo fluente em língua de sinais, possui a capacidade de traduzir em tempo real ou com pequeno lapso. O documento “O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” destaca que:

O intérprete está diante de situações completamente inusitadas a todo instante. As situações levantadas são apenas possibilidades e podem jamais vir a acontecer na sua atuação enquanto intérprete de língua de sinais. No entanto, quanto mais você pensa e reflete sobre todas as situações possíveis, mais você estará preparado para tomar uma decisão e uma postura ética diante de um contexto novo (BRASIL, 2007, p. 39).

A realidade que o Brasil nos indica é que estes profissionais constituem suas formações essencialmente na prática, no desempenho do trabalho em si, pois apesar do pouco conhecimento, são levados a desempenhar tal função pelos laços afetivos que mantêm com os surdos e aprendem essa língua no contato diário pela necessidade de interação.

Enquanto profissionais é natural que o TILS passe por um processo de conhecimento desses sujeitos surdos, suas particularidades, suas produções culturais e, enquanto pessoa ouvinte, imersa na convivência e na interação, se aproprie dos valores que lhes são proporcionados por esses sujeitos. Ao mesmo tempo, o TILS deve ter consciência do seu lugar e do seu trabalho e o que é de sua competência no momento em que estiver atuando.

Em relação à profissionalização, no Brasil, a profissão de tradutor/intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa, foi regulamentada recentemente, em setembro de 2010, pela lei federal 12.319. No texto do disposto legal são definidos as atribuições, a formação e abrangência de atuação desse profissional, como disposto:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. **Parágrafo único.** A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Esta lei representa uma conquista inigualável em todo o processo dos movimentos sociais dos surdos e trouxe consequências extremamente favoráveis para a consolidação profissional do tradutor/intérprete de língua de sinais no Brasil.

Dessa forma, compreendo que dominar a língua de sinais é insuficiente para a pessoa atuar como tradutor/intérprete de língua de sinais. O TILS é um profissional que deve ter qualificação específica. Existem pessoas que apesar de ter fluência na língua de sinais, não desenvolvem habilidades necessárias para serem tradutores/intérpretes.

Portanto, expus alguns aspectos históricos que mapearam o percurso profissional dos tradutores/intérpretes de língua de sinais, a fim de compreender o caminho em que esses profissionais se encontram. Cabe ressaltar que tal processo é marcado por lutas pelo reconhecimento e valorização profissional.

2.3.1. HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DOS TILS

A história da profissão do tradutor/intérprete de língua de sinais tem seu início, no Brasil, a partir da década de 1980. O percurso histórico deste profissional está aliado junto às lutas das comunidades surdas e aos primeiros estudos linguísticos em Libras que datam nessa mesma década. Estes movimentos emergem principalmente dos ambientes religiosos, que foram os primeiros a popularizar a língua das pessoas surdas como veículo de comunicação, expressão, educação e evangelização social, elucidando questões a respeito da identidade linguística destes sujeitos, promovendo o direito à autonomia dessas pessoas como seres de expressão política, social e cultural.

A partir de uma necessidade, isto é, pessoas Surdas e ou ouvintes necessitam de comunicação. Então, surge o intérprete que “faz ligação” entre os dois mundos. Historicamente, as pessoas que tinham algum conhecimento da língua de sinais, “ajudavam” a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Geralmente eram parentes, vizinhos ou algum amigo que, “voluntariamente doavam-se” para interpretar nos mais diversos espaços, possibilitando aos surdos o “acesso” às informações que circulavam na sociedade (SANDER, 2005 p.134).

Dessa forma, percebe-se que os primeiros passos do surgimento da profissão de tradutor de pessoas surdas são oriundos de trabalhos religiosos, registrados no período da ditadura militar, na década de 1980. No entanto, somente em 1988 é que veio acontecer o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS (BRASIL, 2007, p. 13).

Durante esse percurso de constituição profissional, pensando a forma cultural como se desenvolveu o trabalho dos tradutores/intérpretes, mundialmente a atuação dos TILS se deu de forma muito similar. Nesse sentido, Quadros (2005, p. 45) pontua que,

Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania.

Esta realidade é perceptível e à medida que os movimentos surdos conquistavam seu espaço na sociedade, com a legitimação da língua de sinais como meio de comunicação oficial, possibilitavam também o crescimento e o desenvolvimento da profissionalização dos tradutores/intérpretes de línguas de sinais, bem como sua própria representação.

Os TILS no Brasil viram na legitimação da Libras, mesmo que sem a regulamentação do Estado, um avanço significativo para a época porque se a língua da comunidade surda estava sendo estabelecida, conseqüentemente, seriam necessárias pessoas que soubessem mediar à comunicação entre surdos e ouvintes. A partir deste acontecido é que surgiu o novo desafio dos intérpretes de língua de sinais no Brasil, que seria a Educação.

Na década de 1990, ocorrem inúmeros encontros que abordavam a capacitação, a graduação em nível superior e a legalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais na educação brasileira. Com isso, outros setores foram atingidos, tais como: tribunais, hospitais, meios de comunicação televisivos e outros aspectos relacionados à língua de sinais e suas possíveis traduções.

A realidade atual dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil deve, em grande parte, às revogações e às novas ideias advindas do XII

Congresso da Federação Mundial dos Surdos, ocorrido na Áustria, em 1995, que encaminharam para andamentos mais urgentes na demanda de TILS em vários países no mundo (BRASIL, 2007, p. 13).

Para Silva (2010) o primeiro período histórico dos TILS, isto é, do surgimento na década de 1980 até o início da profissionalização em 1990, estava sendo agora levado para novos horizontes, pois foi nas instituições religiosas que emergiram os primeiros tradutores/intérpretes de Libras educacionais ainda de forma voluntária, surgindo também às primeiras pesquisas em língua de sinais no Brasil.

Durante as décadas de 1980,1990 e início dos anos 2000, a visão dos cursos de capacitação técnica de tradutores/intérpretes de Libras era imediatista, ou seja, não observavam ainda a postura técnica de tradução, tendo como estratégia o contato informal com os surdos para o aprendizado. Faz-se necessário lembrar que a maioria dos profissionais, que atuam hoje, tiveram as bases de suas formações nesse período, incluindo a autora desta dissertação.

Um dos marcos históricos em relação à profissão do tradutor/intérprete de língua de sinais deu-se, com grande avanço, na década de 2000, quando o Brasil apresentou novas propostas de estudos a respeito da Libras e dos tradutores/intérpretes de língua de sinais. Com a promulgação do decreto 5.626/05, iniciou-se a organização do primeiro exame de proficiência em nível federal, denominado de PROLIBRAS, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a Secretaria de Educação Especial – SEESP e o Ministério da Educação e Cultura – MEC, sendo a primeira prova aplicada no ano de 2006, com o objetivo de certificar a pessoa que pretendia se tornar profissional.

O segundo marco na história da constituição profissional do TILS, deu-se por meio do referido decreto que instituiu como formação inicial para o exercício da profissão o curso de Letras/Libras. O curso foi oferecido, inicialmente, na modalidade a distância pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no ano de 2006, em parceria com outras Universidades Federais em 16 estados brasileiros.

Ao longo desse processo de reconhecimento profissional é relevante ter claro que o tradutor/intérprete não é apenas um mediador de comunicação, mas

sim um intermediador cultural, entre uma sociedade quase que exclusivamente de sons, e uma comunidade singularmente visual.

Por entender a tradução/interpretação, produto do trabalhos dos TILS, como a transferência de “sentido” de uma língua para outra, de uma pessoa para outra, de uma cultura para outra, ancorada a uma rede de significações nem sempre passível de análise completa e acabada discorrerei a seguir, a respeito das questões semânticas implicadas no ato tradutório e sua contribuição para a construção de sentido.

2.4. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO, CAMPO SEMÂNTICO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Esta seção aborda a problemática da tradução/interpretação para a língua brasileira de sinais, envolvendo conceitos semânticos não equivalentes dos lexicalizados em Língua Portuguesa. As línguas orais e auditivas são complexas e abstratas em seus aspectos linguísticos e culturais. Para Dascal (2007, p. 106-107):

Observem que a compreensão é sempre uma compreensão pragmática. Não se trata apenas de compreender as palavras do falante (determinando o significado da sentença), nem de compreender tais palavras em sua específica referência ao contexto da elocução (determinando o significado da elocução), e sim de alcançar a intenção do falante ao proferir tais palavras naquele contexto (determinando o significado do falante). [...] Um significado do falante é transmitido diretamente quando é idêntico ao significado da elocução 'computado' pelas 'regras' semântico-pragmático da linguagem.

A tradução/interpretação consiste em encontrar 'pistas' de significados implícitos, atentar para a polissemia dos itens lexicais e determinar, em cada enunciado, o que se deseja expressar em um contexto linguístico situacional. Além disso, há uma capacidade individual de estruturar conhecimentos e uma habilidade própria de organizar as experiências cognitivas. Bernardino (2000, p. 66) ressalta que “a linguística cognitiva tem-se dedicado ultimamente à produção linguística com relação aos aspectos processuais ou representações cognitivas da mente”.

Entende-se que, quando o tradutor/intérprete de Libras/Português, durante o ato tradutório, pode surgir uma variedade de itens lexicais em Língua Portuguesa sem equivalência semântica em Libras, o que implica em escolhas que exigem um conhecimento que vai além do vocabulário. Considerando sempre os contextos específicos em que o TILS atua como, por exemplo, contextos jurídicos, clínicos, pedagógicos e entre outros.

A tarefa do tradutor/intérprete de línguas naturais pode ser definida como um desafio constante, ou seja, de um lado o TILS necessita impor suas concepções culturais, ficando no processo de repetição de palavras no sentido literal e, de outro lado, traduzir de modo a incorporar a ação dos discursos, dando ênfase aos estilos de enunciado. (MONTEIRO 2012, p.15)

Nesse sentido, “a interpretação pragmática nada mais é que o endosso do significado da elocução pelo ouvinte, isto é, sua identificação como sendo o significante do falante” (DASCAL 2007, p. 107). Em consonância, Bassnett (2005) coloca que os tradutores/intérpretes devem considerar que todas as expressões linguísticas são relacionadas ao contexto cultural da língua fonte. Como, por exemplo, na seguinte explicação do autor que diz:

A opinião de Hense Albrecht Neubert de que o Soneto de Shakespeare Shall I compare thee to a summer's day? (Devo comparar-te a um dia de verão?) não pode ser semanticamente traduzido para uma língua onde a divindade é feminina. Tentar impor o sistema de valor da cultura da língua-fonte para a cultura da língua-meta é perigoso, e o tradutor não deve ser tentado pela escola que tem pretensões de determinar as intenções originais de um autor com base em um texto autocontido. O tradutor não pode ser o autor do texto em LF [língua fonte], mas, como autor do texto na LM [língua meta], tem uma clara responsabilidade moral para com os leitores da LM. (BASSNETT 2005, p. 45).

Essa discussão nos leva a acreditar que o tradutor/intérprete de línguas de modalidades oral/gestual deve “ter o máximo de conhecimento das possibilidades expressivas de sua língua, ou seja, conhecer muito mais, para além da gramática”. (LACERDA, 2010, p. 7). Faz-se necessário portanto, conhecimentos culturais que implicam na tradução/interpretação da Língua de Sinais/Língua Portuguesa.

Nesse sentido, o tradutor/intérprete deve vivenciar profissionalmente os mais diferentes segmentos sociais, uma vez que “atua na fronteira entre os

sentidos da língua de origem e da língua alvo, com os processos de interpretação relacionando-se com o contexto no qual o signo é formado” (LACERDA, 2010 p. 8). Portanto, situar-se em relação ao ato tradutório corrobora para o êxito da compreensão da mensagem, sem que nenhuma das línguas fique prejudicada no processo.

Considerando o volume de inadequações nas escolhas léxico-semânticas durante o ato tradutório decorrente da falta de equivalências culturais, resalto que tradução/interpretação não deve ser uma reprodução literal da língua fonte para a língua alvo. A distinção entre “tradução” e “reprodução” pode ser observada no exemplo destacado por Dagut (1976, p.21):

Partindo do princípio de que uma metáfora é, por definição, uma nova expressão, uma criação semântica, ela pode, sem dúvida, não possuir equivalente na LM: o que é único não tem um correspondente. Aqui, a competência do tradutor bilíngue - “le sens”, como Mallarmé coloca “de ce qui est dans la langue et de ce qui n'en est pas” - serve apenas no sentido negativo de dizer-lhe, neste caso, que é impossível “encontrar” qualquer “equivalência”, sendo que esta terá que ser “criada”. O ponto crucial que aparece como consequência disso é se uma metáfora pode, neste sentido, ser traduzida como tal, ou se pode ser apenas “reproduzida” de alguma maneira.

A partir da obra portanto, nessa relação é fundamental conhecer o contexto, ter domínio de informações específicas sobre o tema e dos fatores extralinguísticos por parte do tradutor/ intérprete, para assim encontrar pistas de tradução/interpretação para a melhor compreensão possível do texto. Dascal explica que:

É possível interpretar a mesma elocução utilizando, no mínimo, dois procedimentos distintos: em um caso, por meio da interpretação do comparativo alto e pela aplicação do conhecimento-padrão que se tem de uma determinada situação e da respectiva cultura; no outro, pela aplicação da posse de uma informação específica. Contudo, nos dois casos, a interpretação final recorre à manipulação de pistas extralinguísticas, isto é, a pistas contextuais que envolvem a familiaridade do destinatário com a situação da elocução. Isso, é claro, se torna ainda mais óbvio quando a elocução contém expressões dêiticas. O que queremos enfatizar aqui é que, embora a necessidade de pistas contextuais na interpretação de expressões não-indexicais não seja indicada nos componentes da sentença, o seu papel não é menos importante. As pistas contextuais, todavia, nem sempre são “puramente” extralinguísticas. (DASCAL 2007, p. 192).

Seguindo as ideias do autor, uma tradução/interpretação, alguns conceitos críticos podem receber diferentes interpretações, como, por exemplo: ética, caráter, graça e pobreza. Esses conceitos constituem seus significados dependendo dos contextos de uso. Em Libras, por exemplo, “influência” há um sinal isolado. Esse sinal trata-se de um léxico específico, porém pode estar sujeito a variedades regionais.

No enunciado em Língua Portuguesa: “A multidão procura o líder por sua influência”. Esse enunciado, no ato de tradução para Libras, é primeiramente compreendido semanticamente; depois, interpretado e só então é realizada a escolha de sinalização, que terá a seguinte sintaxe em Libras: “líder multidão ir porque pessoa importante”.

As particularidades do conceito abstrato “influência” e sua expressão lexical em Língua Portuguesa ficam evidentes no enunciado, provocando uma tradução guiada por estratégias semânticas. Isso se deve ao fato do léxico da Libras ter propriedades diferenciadas do léxico das línguas orais e vice-versa. Segundo a hipótese denominada de “versão fraca” de Sapir-Whorf, a língua influencia a maneira de pensar de uma cultura. (SAPIR 1958, p. 69). Ou seja:

Chega a ser ilusório imaginar que poderíamos existir socialmente sem o uso da linguagem e pensar a linguagem enquanto um mero instrumento incidental que nos possibilitaria resolver problemas específicos de comunicação ou de reflexão. A importância disso é que o "mundo real" é em grande medida inconscientemente construído sobre os hábitos de linguagem dos grupos. Não há duas línguas suficientemente semelhantes que possam ser consideradas como produtos de uma mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades são mundos distintos, não porque recebem rótulos diferentes, mas porque os são efetivamente. Vemos, ouvimos e passamos por experiências bastante diversificadas, todos esses fatos devem-se aos hábitos linguísticos de nossa comunidade que nos permitem certas escolhas interpretativas.

Portanto, não se pode negar que o modo de pensar do usuário de Língua Portuguesa diferencia-se do usuário de Libras e esses universos cognitivos permanecem em diálogo constante no ato tradutório. “O léxico não nativo contém palavras em Português que são soletradas manualmente, e essas formas podem ser consideradas na periferia do léxico da Língua de Sinais brasileira” Quadros e

Karnopp (2004, p. 88). Os TILS soletram palavras do Português em diversos contextos como empréstimo linguístico do código do Português.

Na mesma discussão, pode-se colocar que “a interpretação envolve a manipulação de pistas de vários tipos, recorrendo não apenas ao conhecimento de mundo do destinatário, mas também aos seus conhecimentos de funções e convenções linguísticas” (DASCAL, 2007, p. 194-195). Para elucidar uma situação de contexto de interação, o autor desenvolveu um esboço de pistas que pode ser empregado no momento da tradução e interpretação dos enunciados.

Desta maneira, o autor organiza o significado da sentença em duas suposições do “significado do falante”, ou seja, em pistas contextuais extralinguísticas e metalinguísticas. A pista contextual extralinguística refere-se ao conhecimento de mundo e a pista contextual metalinguística diz respeito ao conhecimento de estruturas e convenções linguísticas do tradutor/intérprete.

A tradução envolve muito mais do que a simples troca de itens lexicais e gramaticais entre as línguas e, como pode ser visto na tradução de expressões idiomáticas e metáforas, o processo pode incluir a eliminação de elementos linguísticos essenciais do texto em LF, [...] quando o tradutor se afasta da equivalência linguística próxima, os problemas em determinar a natureza exata de nível de equivalência pretendida vêm à tona. (BASSNETT 2005, p. 47).

Entretanto, “o problema está em explicar como esses conhecimentos se integram para formar a cognição como um todo” Bernardino (2000, p. 66). Por isso, os TILS necessitam compreender o conceito para que a tradução/interpretação seja eficiente. Contudo, em alguns casos de tradução/interpretação não existem recursos diretos. Sobre tal, a autora enfatiza:

As pessoas não podem entender palavras que ouvem somente selecionando significados a partir de uma lista do léxico. Elas devem criar significados a partir de informações que acreditam serem comuns entre elas e o falante. A compreensão da palavra, então, pode ser vista como uma mistura de seleção e criação de significados. Em um processo centrado no contexto, os ouvintes usam a situação e o contexto da sentença para a compreensão do que o falante quer dizer. Quanto mais informações o contexto provê, maior é a confiança conseguida na construção do significado. (BERNARDINO 2000, p. 66-67).

Compreender um conceito polissêmico em uma tradução é fundamental para que o TILS faça escolhas dos itens lexicais contextualmente apropriado. Dessa forma, evitará possíveis brechas na comunicação. No entanto, como já mencionado, para que haja eficácia do ato tradutório é necessário que o tradutor/intérprete desenvolva um conjunto de competências e habilidades.

É importante suscitar competências linguísticas e tradutórias nos cursos de formação de tradutores-intérpretes de Libras/Português, Russo e Pereira (2008). Uma vez discutidas e trabalhadas essas habilidades na formação dos TILS, é comum que muitos dos profissionais fiquem inseguros quando sentem dificuldade em se apropriar das habilidades fundamentais.

Todavia, pode-se dizer que os mesmos sentimentos são vivenciados pelos tradutores/intérpretes de línguas orais. A dúvida de saber se está interpretando como deveria, ou se está sendo entendido, são algumas entre as inúmeras inquietações compartilhadas pelos intérpretes de línguas orais e que não são diferentes das inquietações dos tradutores/intérpretes de Libras, uma vez que, conforme Magalhães Jr. (2007),

Traduzir é sempre um exercício imperfeito, em que tentamos transpor para o universo semântico idéias e sentimentos que não são os nossos. Num tal processo, o resultado será sempre alvo potencial de censura e dissenso. Na tradução, fazemos mais do que simplesmente buscar sinônimos. Somos forçados a interpretar, a intuir o sentido de passagens por vezes dúbias. Fazemos escolhas a todo o momento. Elegemos. Tomamos decisões. E com isso, naturalmente, nos arriscamos ao erro. (MAGALHÃES 2007, p. 170).

Seguindo o proposto pelo autor, alguns conceitos como honestidade, liberdade, justiça, segundo Feltes (2007) são mais complexos em sua elaboração e uso em contextos de fala, pois são influenciados pelas instituições sociais, jurídicas, religiosas, entre outras, as quais variam muito entre culturas e subculturas de uma mesma comunidade. São considerados aqui, como conceitos críticos por necessitar de outras operações de abstração, em que ideologias e valores introduzem não apenas maiores possibilidades, mas também maiores negociações de sentido em eventos de fala.

Seguindo a proposta da Teoria dos Modelos Cognitivos idealizados Lakoff (1987), conceitos e categorias têm sua composição determinada por modelos

cognitivos e culturais. Esses são construções que por meio das relações humanas e culturais organizam o pensamento; assim podemos interagir no mundo de modo a compartilhar nossas experiências.

Uma vez constituídos estes conceitos são idealizados, pois não representam o mundo de forma objetiva. São relativamente estáveis, porém sujeitos à variação implicadas nas dinâmicas das relações socioculturais. Assim, “os modelos, portanto, são o resultado da atividade humana, cognitivo e experientialmente determinada, são o resultado da capacidade de categorização humana” (FELTES, 2007, p. 89).

Essa interligação é mais complexa quando analisados os conceitos críticos e, ainda mais, quando são colocados em contato no ato tradutório sistemas linguísticos diferentes. Nessa linha de pensamento, podemos justificar que as categorias linguísticas de um sistema são afetadas pelos processos de conceptualização/categorização cognitiva e socioculturalmente orientados. Por essa razão, há que se considerar as negociações que têm lugar quando sujeitos que têm a Libras como primeira língua são introduzidos num universo de significações que parte da Língua Portuguesa, reorganizando-as de acordo com as categorias conceptuais e linguísticas de sua língua materna.

Para a semântica experientialista, “o significado não é uma coisa; ele envolve o que é significativo para nós. Nada é significativo em si mesmo. A significatividade deriva da experiência da atuação como um ser de um certo tipo em um ambiente” (LAKOFF 1987, p. 126). Nos estudos sobre a significação, destacamos o fenômeno da polissemia, onde um item lexical pode ter vários significados.

O evento polissêmico é posto em evidência para a semântica cognitiva, Lakoff (1988), pois, é visto como um dos mais importantes fenômenos semântico ao mencionar que: “o fato de que as palavras individuais e morfemas normalmente têm muitos significados que são sistematicamente relacionados entre si”. (p.139-140). Nesse sentido, Silva (2006, p. 13) esclarece que:

A polissemia é o fenômeno típico, a estruturação principal da dimensão semasiológica das palavras, isto é, a dimensão que parte da componente formal da palavra ou, em termos de Saussure, do significante para os sentidos e referentes que podem estar associados a essa forma e, logo, a essa palavra ou

item lexical. Aí, ela ocupa o nível intensional da dimensão semasiológica. Na dimensão inversa, a onomasiológica, que parte do conceito, significado ou referente para as diferentes formas e, logo, diferentes palavras ou itens lexicais que o podem designar ou nomear, funcionam outros tipos de estruturação, como o campo lexical, a hierarquia lexical, relações de sinonímia, antonímia, hiponímia.

Tomando por base que o significado é variável, pode-se entender a polissemia “como uma coleção de vários sentidos inter-relacionados estáticos e de não difícil diferenciação”. Dessa maneira, o autor pondera “a polissemia como uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto e abertos à mudança.” Silva (2006, p.59) esclarece o sentido do significado, como:

O significado não é estático, mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento enciclopédico e configurado em feixes de conhecimento ou domínios, não é platónico mas corporizado, encarnado nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas. Mas esta flexibilidade inerente do significado não significa caos; tem os seus limites e as suas restrições; não é incompatível, ou melhor, até exige uma certa estabilidade. Flexibilidade e estabilidade são ambas essenciais em qualquer sistema que pretenda ser eficiente: ambas contribuem para a eficiência cognitiva e comunicativa da linguagem. (SILVA, 2006, p. 59-60).

Percebe-se que Silva (2006, p.64), entende a polissemia como um evento graduável, onde todas as palavras são altamente polissêmicas, “com sentidos ligados entre si e a um centro prototípico por diferentes mecanismos cognitivos, incorporando sentidos e relações em quantidade maior ou menor de flexibilidade”.

A polissemia é foco de atenção também nos muitos estudos de semanticistas cognitivistas sobre metáforas e metonímias conceptuais, integração conceptual (“blending”), protótipos, enquadramentos (“frames”) semânticos, redes (“networks”) semânticas. As razões deste interesse pela polissemia são contrárias às que, levaram estruturalistas e generativistas a menosprezar a polissemia. E, por outro lado, confundem-se com alguns dos próprios princípios fundamentais da Linguística Cognitiva. (SILVA, 2006, p. 55).

Entretanto, ao pensar que as palavras podem ser traduzidas no sentido literal, corre-se o risco de não se contextualizar a língua fonte para a língua alvo, nos aspectos culturais e linguísticos. Esse é um problema que muitas vezes

ocorre nas traduções das línguas naturais. Torna-se um problema fundamental de significado, onde se separa a natureza do sentido daquela do contexto.

Nessa linha de pensamento, Machado (2009) pontua a importância de não se dissociar o significado do contexto, pois, quando há ruptura no ato tradutório do sentido com o contexto, fica evidente que inexistente a preocupação de identificar o significado da palavra e da construção de sentidos.

Todavia, a referida autora entende a noção de contexto como um fenômeno complexo e multifacetado crucial para o uso da língua e sua compreensão. Para tanto, se faz necessário saber diferenciar os tipos de contextos, pois, dessa maneira, pode-se entender o real significado de uma palavra. Por isso, de acordo com a autora, é importante apropriar-se de uma rede de significados, ou seja, ter um “conhecimento enciclopédico” (MACHADO 2009, p.13).

A autora ainda argumenta sobre a importância dos papéis das palavras na construção de sentidos, ou seja, como as palavras significam. O papel das palavras na construção de sentido revela uma controversa problemática para a investigação da linguagem. O problema específico que a autora menciona é como podemos explicar a variação inerente do significado das palavras no uso da linguagem.

Na perspectiva da literalidade, os significados das palavras, estão relacionados às regras da gramática e, então, são interpretados a partir do uso da linguagem em contexto. O conceito da palavra, dado à luz da literalidade, se constrói de forma que as palavras assumem significados independentes do contexto. O significado da palavra é da alçada da semântica e não da pragmática. No entanto, um grande número de pesquisadores tem argumentado que é, ao mesmo tempo, independente do contexto e, também, dependente do contexto. (MACHADO 2009, p. 7-8).

Para exemplificar nossa discussão, o significado de satisfazer que se refere a situações distintas. No entanto, quando falamos em “estarmos satisfeitos com a presença” requer contextualmente um evento, com uma pessoa designada, que declara satisfação aos presentes. Nesse momento é realizado um ato de fala específico. Já em estar satisfeito após uma refeição feita em um restaurante, ou na casa na qual foi convidado. Agora, satisfazer-se com um trabalho elaborado

que demandou tempo e atenção. Assim, o significado de satisfazer, é, em parte, uma função do uso de conhecimento enciclopédico, a fim de determinar especificamente o significado do mesmo em cada contexto.

De acordo com Machado (2009, p. 12), o significado de uma palavra surge de um grande potencial semântico que é reduzido pela sentença no contexto em que a palavra está inserida. Como tal, o significado das palavras parece ser guiado por uma função do contexto. Nessa perspectiva, sintaxe, semântica e pragmática são fenômenos em contexto, a este respeito Silva afirma:

O significado linguístico não pode, pois ser dissociado do conhecimento do mundo, da experiência humana, donde a sua natureza inevitavelmente enciclopédica. Não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. O mesmo é dizer: perde sentido a famosa dicotomia entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico e, num plano mais geral, caem [sic] por terra as teses maiores da linguística estruturalista e generativista, designadamente a autonomia do significado e da linguagem e a modularidade da mente. Efectivamente, o significado que construímos na e através da língua não é um módulo separado e independente da mente; pelo contrário, reflete a nossa experiência global de seres humanos e envolve conhecimento do mundo integrado noutras das nossas capacidades cognitivas. (SILVA, 2006. p. 309).

A respeito disto, Machado (2012) acredita que o já mencionado conhecimento enciclopédico faz parte do senso comum, sociocultural e de mundo. Assim, a autora o considera um conhecimento altamente detalhado, extenso e estruturado que nós, humanos, temos a fim de categorizar as situações, eventos e entidades que encontramos em nosso cotidiano.

Quando os usuários recorrem ao conhecimento enciclopédico no uso da linguagem esse conhecimento, serve de certa forma, como de contexto no qual as palavras podem receber e realizar significado. Por exemplo, os significados de satisfazer, baseiam-se num corpo diferente de conhecimentos. Conforme Silva (2006, p. 311):

Pensamento e linguagem existem em mentes individuais, mas constroem-se na interação social. A conceptualização é, pois, necessariamente interativa: os nossos conceitos, as nossas 'realidades' são produto de mentes individuais em interacção entre

si e com os nossos contextos físicos, sócio-culturais, políticos, morais, etc. A linguagem desempenha uma função não só semiológica, permitindo que as conceptualizações sejam simbolizadas por meio de sons e gestos, como também interativa, envolvendo comunicação, manipulação, expressividade, comunhão social. Afinal, o conhecimento da linguagem emerge do uso da linguagem e, portanto, da interação social ou discurso.

A construção de significado se dá a partir da interface entre linguagem, comunicação e cognição, concorda Machado (2009), e só pode ser eficaz em um esforço interdisciplinar, que inclui a linguística, antropologia, análise do discurso, sociolinguística, psicologia, neurociência entre outras. Além disso, a autora reafirma que a construção do significado sofre influência do uso, envolvendo os atos de fala, gestos, linguagem não verbal, que servem para se expressarem uma determinada situação.

A questão é que as palavras parecem ser semanticamente sem determinação e apesar das pesquisas sobre os tipos de unidades distintas do senso empírico, evidencia-se uma gama de que as palavras possuem múltiplos significados e que dependem do contexto. A razão para a falta de determinação do significado da palavra é resultado de uma tentativa de comunicação em curso para resolver uma variedade de questões semânticas.

A proposta de Machado (2009) objetiva desenvolver um raciocínio relativo à semântica lexical e à construção de sentido. A autora defende que o significado não está intrínseco as palavras, mas sim aos enunciados, sendo assim, o produto das situações de uso. As palavras, como tal, não têm significado e o conhecimento conceitual é organizado em modelos cognitivos que dão acesso a enciclopédia do conhecimento. Os conceitos lexicais se relacionam e são guiados por uma série de princípios, dando origem ao significado do enunciado, a concepção.

Existe um vasto repertório de conceitos lexicais variáveis entre as línguas, contudo se pode encontrar pontos que se assemelham que se identificam no espaço conceitual e semântico. (DELBECQUE 2001). Em diálogo, Sobral (2008, p. 40) coloca que “as línguas são traduzíveis, ou seja, postas em correspondência, mas não tradutíveis, ou seja, postas em equivalência” para ele, “não há nas línguas um conjunto de signos cujos sentidos estejam determinados, mas um conjunto de possibilidades de produção de sentido” (SOBRAL 2008, p.

40). Sendo assim, entendo a tradução/interpretação da Língua de Sinais, nesta dissertação, como a possibilidade de construir e desconstruir significados.

A linguagem é estudada como um sistema para a categorização do mundo e nela se refletem as capacidades cognitivas gerais e a experiência individual, social e cultural. Por isso, nesta pesquisa trabalho as ações cabíveis e possíveis na formação dos TILS visando desenvolver as competências de compreender, interpretar e de traduzir itens lexicais da Língua Portuguesa que em geral são altamente polissêmicos em alguns enunciados estabelecidos.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados, e seguindo o caminho proposto pelo aporte teórico desta dissertação, considere a ótica de que a prática da tradução/interpretação está pautada em zonas de contato. Pratt (1999) esclarece dentro dessa perspectiva, as fronteiras são trazidas para o escopo da discussão e os centros homogêneos empurrados para as margens, com o objetivo de evidenciar o caráter relacional das construções de sentidos em suas dimensões históricas, sociais e culturais. A minoria, sob esse prisma, não consistiria apenas na separação grupal, mas em uma forma de agrupamento que assumiria uma co-presença social e estruturada dentro de um espaço: uma zona de contato.

Zona de contato é o espaço dos encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada. (PRATT 1999, p.31-32).

Nas zonas de contato entre surdos e ouvintes imputadas nas traduções/interpretações dos enunciados aqui analisados, busquei trazer para o centro da discussão a fronteira cultural, a fim de, iluminar o debate realizado pelos surdos colaboradores e ressaltar as singularidades que incidem na prática da tradução/interpretação para Língua de Sinais. Porém, esse reconhecimento não é uma tarefa fácil uma vez que na Libras existem elementos linguísticos singulares que não se apresentam nas línguas de modalidade oral, o que dificultam a aproximação entre as línguas.

Não existe um contexto único na pesquisa. Os enunciados emergiram ao longo da minha prática profissional, de situações reais de tradução/interpretação nos mais diversos contextos sociais que ocasionaram reações imediatas nos surdos. Elenquei em minhas anotações muitos enunciados, que por alguma razão foram traduzidos/interpretado equivocadamente, mesmo feito por profissionais com formação adequada e certa experiência profissional, muitas vezes ocasionando consequências para a vida social dos surdos.

Diante de tais inadequações, busco analisar nos seis enunciados elencados os conceitos que denominei para esta pesquisa de críticos na tradução/interpretação que levaram a incompreensão do sentido. Tendo em

mãos de minhas anotações e com os participantes selecionados fiz os registros de campo da seguinte maneira: os enunciados foram traduzidos/interpretados pelos TILS, separadamente e gravados. A etapa seguinte constitui em assistir os filmes com surdos, individualmente, para constatar o entendimento a partir das traduções/interpretação. Na terceira etapa participaram todos os surdos, eu e um dos TIS, discutimos a mensagem real, o que foi compreendido, seguidos de comentários dos motivos que levaram a incompreensão da mensagem e finalizamos com uma reformulação possível do enunciado. Todas as etapas foram gravadas em vídeo.

Nesse processo participaram como sujeitos da investigação três intérpretes de Língua de Sinais Brasileira experientes na área da interpretação/tradução e com tempo considerável de carreira e três surdos usuários da Libras, todos atuantes na comunidade surda em Campo Grande – MS. Os critérios utilizados para a escolha dos participantes foram: TILS com no mínimo cinco anos de experiência de atuação; que atuam em diversos contextos sociais. Surdos e TILS graduados e proficientes em Libras pelo MEC.

Para tanto, farei a disposição das análises apresentando o contexto de sinalização a qual ela pertence, o enunciado em Português seguido das escolhas da tradução/interpretação dos TILS, depois apresentarei a compreensão da mensagem e apontamentos feitos pelos surdos e uma breve discussão que servirá de base para a reelaboração possível dos enunciados. Para cada análise foi escolhida a construção mais recorrente entre as traduções/interpretações feitas pelos TILS.

Assim, a análise dos dados será feita baseada no aporte teórico descrito nos capítulos anteriores desta dissertação, por meio de apontamentos feitos pelos surdos das possíveis inadequações de sentido nas traduções interpretações, a saber: qual inadequação na tradução/interpretação levou a incompreensão da mensagem pelos interlocutores; análise gramatical das escolhas linguísticas feitas pelos TILS e os aspectos culturais implicados no processo, a fim de apresentar uma discussão dos dados coletados. É importante mencionar que sendo eu, também, tradutor/intérprete de Língua de Sinais, contribui nas atuais discussões.

Depois de transcritos no ELAN, iniciei o processo de tradução/interpretação dos vídeos que foi de fato moroso, com idas e vindas, releitura das imagens para

uma tradução o mais fiel possível das percepções, opiniões, interações e experiências dos alunos surdos com o Tradutor/intérprete de língua de sinais. Após releituras, foram recortadas as falas e organizados os enunciados derivados das etapas do registro em campo semiestruturadas elaboradas, adaptadas às condições linguísticas dos surdos.

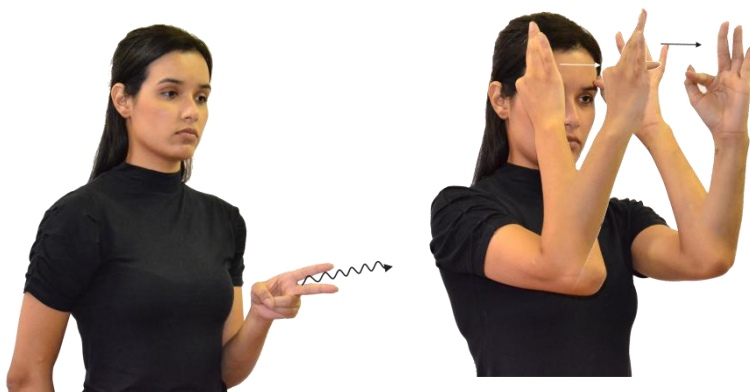
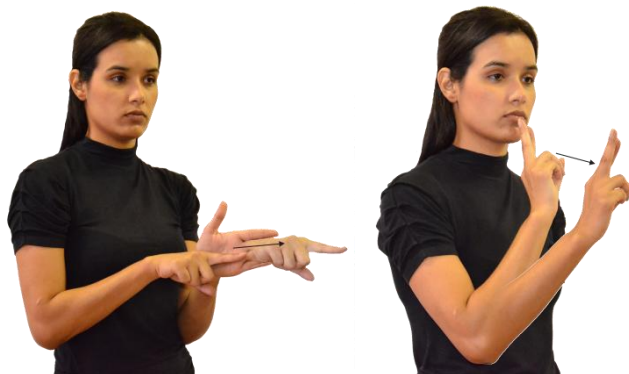
Na apresentação dos enunciados em Libras farei uso da imagem do sinal, como recurso de registro, facilitando a aproximação das duas línguas não perdendo de vista a natureza visual da língua de sinais. As imagens não serão dos tradutores/intérpretes participantes da pesquisa, para preservar a identidade dos meus colaboradores.

3.1. SER OU NÃO SER FIEL?

O primeiro enunciado em Português foi eleito para análise devido sua recorrência em âmbito jurídico e de saúde. A construção em Língua Portuguesa foi apresentada da seguinte forma:

Português: Responda o questionário da forma mais fiel possível

Libras:



Perguntar

Responder

Sempre

Fiel

Nesse caso específico o surdo que fez a análise, mesmo contextualizando o enunciado, apontou para não compreensão e para forma inapropriada do uso do léxico fidelidade:

Responder com fidelidade? Não seria verdade? Somos fieis aos nossos cônjuges, a Deus, aos amigos. Não podemos ser fiéis a respostas, podemos dizer a verdade ou podemos mentir. Esse sinal (fidelidade) é incoerente com o contexto. (Participante 1)

A escolha do léxico “fidelidade” foi feita sem considerar o seu significado para a Língua Brasileira de Sinais e cultura surda. Uma palavra com significado estabelecido na Língua Portuguesa, como a palavra referida, nem sempre transfere o mesmo sentido, nos mesmos contextos para a Libras, principalmente, em seu aspecto cultural.

No que diz respeito ao significado do signo linguístico em ambas as línguas, “fidelidade” denota “característica do que é fiel, do que demonstra zelo, respeito por alguém ou algo; lealdade” (Aurélio, 2010). Porém, para a cultura surda, como podemos perceber na análise supracitada, o significado torna-se invariável em outros contextos semânticos senão em relações que envolvam sentimentos.

Podemos considerar que a substituição pela palavra “verdade” poderia ser transposta também para o enunciado em Língua Portuguesa, pois nesse contexto específico a carga semântica das palavras “fidelidade” e “verdade” são equivalentes. Fato esse que não ocorre em Libras”, uma vez que, para cultura surda o sentido da palavra “fidelidade” é constituído apenas nos contextos das relações humanas.

Observamos essa consideração na fala do surdo quando diz: “Somos fieis aos nossos cônjuges, a Deus, aos amigos. Não podemos ser fiéis a respostas, podemos dizer a verdade ou podemos mentir”, conforme a citação. Mesmo os surdos que compreenderam a mensagem (pelo entendimento do seu sentido no contexto de uso da Língua Portuguesa) quando faziam a explanação foram unânimes em substituir o sinal de “fidelidade” por “verdade” em Língua de Sinais.

À luz dos aspectos gramaticais da Libras, a construção fonológica, morfológica, e mesmo a construção sintática da tradução estão impecáveis. A opção pela inversão do verbo perguntar, colocando-o no início da oração e

construindo um período em foco, segue a sintaxe espacial da língua, colocando em evidência a ação principal, bem como seguindo a sequência visual exigida pela sentença, em que primeiro há um questionamento para após haver uma resposta.

Outra questão bem executada pelo TILS foi a da concordância. Em Língua de Sinais a concordância é marcada principalmente pelos verbos direcionais, como o verbo “responder” (presente no enunciado), pois eles modificam sua forma quando têm outro elemento gramaticalmente ligado a eles. No caso em questão, havia um questionário visualmente representado pela mão, o que possibilitou a flexão do verbo responder em sua direção.

Retomando Bassnett (2005), empregar um sistema de valor da cultura da língua fonte para a cultura da língua meta é arriscado. Nesse sentido, podemos perceber que a escolha lexical feita pelo TILS seguiu o caminho da transposição de carga semântica do contexto cultural da língua oral, o que acarretou a incompreensão da mensagem por alguns dos interlocutores surdos, tornando a enunciação mecânica e artificial.

Para reelaboração da mensagem em Libras o léxico “fidelidade” foi substituído por “verdade”, de estar relacionado ao verbo responder com sentido de emitir uma informação, sendo mais coerente tal substituição, na opinião dos Participantes da pesquisa. Aproximar o enunciado da tradução da estrutura linguístico-enunciativa da língua alvo faz os sentidos emergirem de forma natural. Portanto, uma possível construção da sentença em Língua de Sinais seria: “perguntas – responder – verdade”.



Perguntar

Responder

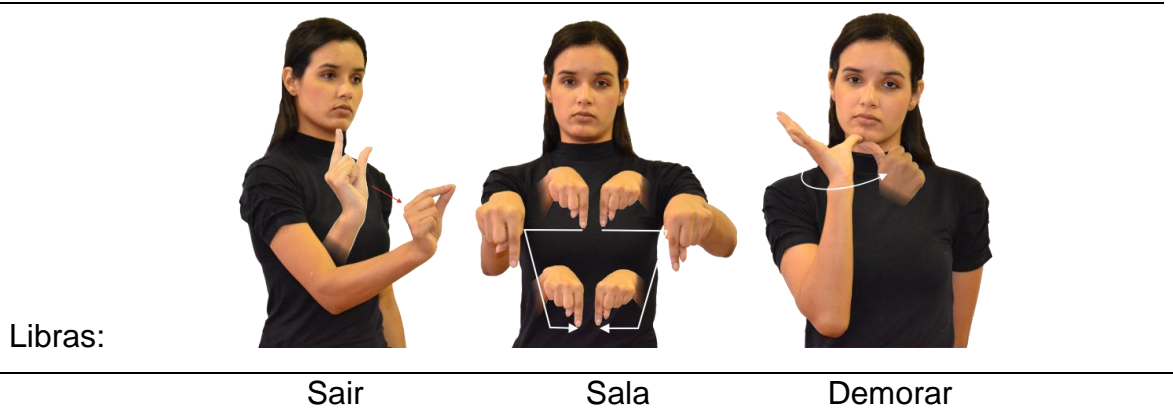
Verdade

Sendo assim, segundo Perlin (1998) uma premissa indispensável ao tradutor/ intérprete é a sensibilidade cultural, pois é ela que dará subsídios para alterar, acrescentar, domesticar e importar conceitos e não se intimidar com os conceitos polissêmicos com empregos díspares entre Português/Libras.

3.2. VAMOS SAIR DAQUI?

O Segundo enunciado foi retirado do contexto escolar, de um exemplo de atividade de uma aula de Língua Portuguesa cujo objetivo era fazer a interpretação textual e identificar os advérbios presentes no texto. Por esse motivo julgamos o exemplo relevante para análise. A construção em Português e as escolhas de tradução feitas pelo TILS foram respectivamente:

Português: Ele saiu lentamente da sala.



Nessa construção mais de uma possibilidade de sentido foi elencada pelos Participantes da pesquisa:

Penso que alguém estava em uma sala e demorou sair, permanecendo por alguns instantes. Os sinais “sair” e “demorar” nessa ordem me confundem; não consigo afirmar qual o real significado do enunciado. (Participante 2)

Da forma como foi sinalizada entendo de duas formas: a primeira (que ficou mais clara para mim) é que: ele saiu de forma devagar da sala onde estava, a segunda, talvez, seja que ele permaneceu por muito tempo na sala onde estava. Ajudaria se a frase estivesse em contexto mais amplo. (Participante 3)

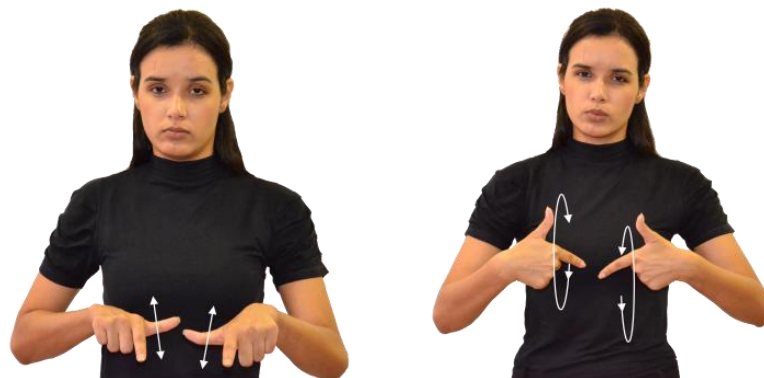
Nesse sentido que criamos um problema essencial de significado quando separamos a natureza do sentido daquela do contexto Machado (2009). Portanto, nessa relação se faz necessário conhecer o contexto para atribuir um sentido. Em seguida, apresentamos aos surdos o contexto de sinalização, do qual foi retirado o enunciado sinalizado. A construção em Língua Portuguesa dizia: “Para não ser percebido, ele saiu lentamente da sala onde acontecia a palestra”. Com o contexto completo para uma construção melhor de sentido, os surdos fizeram suas pontuações novamente.

*Continuo confusa, ele demorou sair da palestra para as pessoas não perceberem? Não faz sentido, se ele ia demorar sair era só esperar até o final e sair com todo mundo, não seria notado (risos). Diante do contexto, posso entender, não de forma precisa, que ele saiu de forma devagar da sala, sorrateiro. (Participante 1)
Com o contexto, permaneço achando que ele permaneceu na palestra por algum tempo para não ser notada a sua saída. Se ele se retirasse logo que chegou todos notariam, por isso uso dos sinais sair e demorar. (Participante 3)*

As escolhas para formulação da mensagem em Libras não observaram que uma palavra no Português empregada em uma determinada sentença é subjugada a uma única categoria gramatical na Libras. Por conta das características da modalidade de língua gestual visual, um mesmo sinal pode simultaneamente indicar o verbo e o modo da ação.

A construção de sentido em LS é realizada, também, por alterações no movimento do sinal. A direção, a repetição e o plano dos movimentos, assim como a ampliação ou encurtamento de sua extensão e o aumento ou a redução de sua duração podem alterar o significado do sinal. “Sendo uma língua multidimensional, os parâmetros podem ser alterados para a obtenção de modulações aspectuais, incorporação de informações gramaticais e lexicais, quantificação, gênero e tempo” (BRITO, 1995, p.25).

Outro fator ignorado pelo TILS é que a palavra “lentamente” trata-se de um advérbio de modo que modifica o verbo sair. O sinal de “devagar/demorado” está empregado na tradução como um segundo verbo, e não demonstrando a forma como a ação foi realizada. Em Libras os advérbios são necessariamente incorporados ao verbo, como no exemplo do verbo trabalhar.



Trabalhar

Trabalhar (muito)

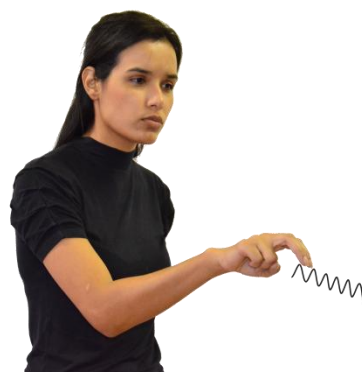
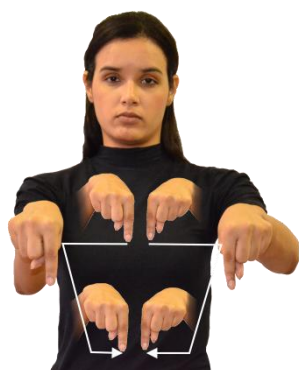
O advérbio pode ser notado pela alteração do movimento (rápido) e da expressão não manual (face) que modifica a intensidade do sinal, incorporando o advérbio ao verbo. Dessa forma, para efetiva construção do sentido de “lentamente” seria necessária a sua incorporação ao verbo “sair”, modificando seu movimento e agregando-o à expressão facial.

Podemos observar que a tradução/interpretação foi construída com base no léxico da Libras, em que buscou-se sinalizar cada palavra, o que não contempla o sistema linguístico da língua alvo, pelo contrário, segue gramaticalmente a estrutura da Língua Portuguesa, o que impossibilitou a compreensão segura da mensagem pelos interlocutores surdos.

Quando o tradutor/intérprete recorre apenas ao seu conhecimento vocabular, acaba por fazer uma tradução de palavra por palavra, processo também conhecido como “Português sinalizado”, que na grande maioria das situações é inadequado às necessidades enunciativas que produzem sentido nas línguas de sinais. Machado (2009) defende que o significado não está intrínseco às palavras, mas sim aos enunciados, sendo assim o produto das situações de uso.

Nesse sentido, uma possibilidade de tradução/interpretação seria a substituição do verbo “sair” pelo verbo “andar” realizando o seu movimento de maneira mais lenta. O verbo “sair” atende a semântica dessa determinada enunciação. Outra possibilidade válida é agregar ao verbo “sair” o mesmo recurso empregado ao verbo “andar”, para que, dessa forma, possa desempenhar a função de advérbio. Ressaltamos que em Língua de Sinais um mesmo léxico pode transitar por várias funções gramaticais. Após as análises e discussões, os

participantes da pesquisa concluíram que a forma mais equivalente para o enunciado em Língua de sinais seria uma das alternativas citadas anteriormente:



Sala

Andar (lentamente incorporado ao verbo)

A construção feita pelo TILS demonstra seu conhecimento linguístico, marcado, principalmente, pelo uso do verbo “sair” como primeiro elemento sinalizado, construindo uma sentença em foco comum na Libras. Contudo, a inadequação consiste na não agregação de elementos visuais ao léxico. Tais elementos são inerentes a condição visual da língua e de seus usuários. Para Sobral (2008, p.11) “o Português sinalizado “improvisa” sentidos, enquanto a Libras “cria” sentidos”. Portanto é necessário fazer as escolhas de tradução/interpretação de forma equivalente, sem implicar prejuízos à Língua a ser traduzida.

3.3 DE QUEM É O PAI?

O presente enunciado foi retirado de um contexto religioso. A escolha da enunciação se deu devido ao fato de estarmos em um país considerado cristão e a incidência da oração do “Pai Nosso” ser comum a vários segmentos que comungam a fé em Cristo. Desse modo, há também muitas traduções/interpretações da oração em Língua de Sinais disponível na internet e é comum o contato com versões durante missas, cultos e reuniões sejam formais ou informais.

Entre as várias possibilidades de traduções/interpretações que presenciei, tomarei para análise uma opção de sinalização não só por sua recorrência, mas pela dificuldade na construção de sentido cultural velada, devido existir todos os correspondentes semânticos na Libras.



Na construção apresentada, houve duas possibilidades de sentido apontadas pelo Participante da pesquisa:

Eu posso entender duas coisas: a primeira é que o nosso pai (sendo o mesmo pai), morreu e foi para céu. A segunda coisa que posso entender que trata-se da oração do “Pai nosso”, mas como não tem um cotexto religioso, não está em uma igreja, não tenho certeza. Então penso fico com a primeira opção. (Participante 1)

Diante da colocação feita pelo surdo gostaria de destacar dois pontos que se complementam: o primeiro, já mencionado nesta pesquisa e discutido por Dias (2005), diz respeito à perspectiva semântico-enunciativa na qual é impossível constituir significação da palavra sem que seja construída dentro de uma enunciação.

Na fala do Participante quando ele coloca que “posso entender que se trata da oração do “Pai Nosso”, mas como não tem um cotexto religioso, não está em uma igreja, não tenho certeza.” Essa ideia pode ser associada a Bakhtin (1992, p.23) quando diz que “o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto é preciso compreender sua significação em um contexto particular.” Assim,

compreendemos o signo que constitui uma enunciação em sua forma variável e flexível. Porém, a sequência da análise feita pelo surdo foi a seguinte:

A sinalização feita dessa forma (como no exemplo 1) significa que o nosso pai morreu e está no céu, em contexto religioso eu consigo entender que esse pai é Deus por que me ensinaram isso antes, mas não é uma sinalização correta dentro da cultura surda. Não é apenas uma questão de gramática, para mim, surdo, falta algo mais visual e compreensível nessa sinalização do “pai nosso”, acredito que para nós a oração não tem o mesmo sentimento que para os ouvintes, trata-se de uma mera repetição.

No exposto a cima emerge outro ponto na discussão, mesmo compreendendo a mensagem, o surdo aponta uma brecha para a construção de sentido cultural em sua língua. Desse modo, concebo a tradução/interpretação como um espaço fronteiro onde as culturas transitam, e para ser eficiente é preciso considerar que a possibilidade de se construir sentido seja permeada por condições sociais e históricas distintas entre surdos e ouvintes, isto é, entre Português e Língua de Sinais.

Nesse sentido Menezes de Souza (2011) e Freire (2014) consideram necessária a descoberta do eu no outro, onde ambos são construídos na coletividade. Uma vez que a coletividade é heterogênea, diversa e complexa nem sempre essa descoberta será harmoniosa, surgindo assim a necessidade (re)negociação de sentidos na relação com a diferença.

Temos como escopo da discussão sujeito e língua essencialmente visuais, característica essa que transcende a questão contextual geral e aponta para uma prática mais situada da tradução /interpretação, colocando a capacidade de colocar-se no lugar do outro como um fator indispensável. As modalidades linguísticas implicadas no processo requerem do interlocutor (ouvinte), a capacidade de se descobrir no outro (surdo). A esse respeito Quadros, coloca:

As evidências [do efeito de modalidade] têm sido identificadas como consequências das diferenças nos níveis de interface articulatório-perceptual. Algumas investigações têm ainda levantado algumas hipóteses quanto á possíveis diferenças no nível da interface conceptual implicando em uma semântica enriquecida em função de propriedades visuais-espaciais (2006, p.171-2).

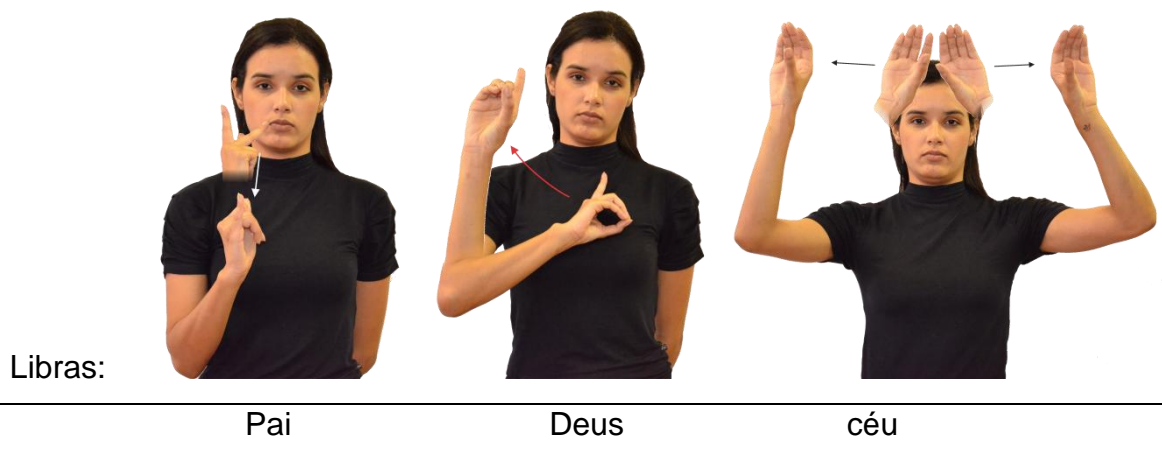
A fala do Participante corrobora com a autora quando coloca: *não é apenas uma questão de gramática, para mim, surdo, falta algo mais visual e compreensível nessa sinalização do “Pai Nosso”*. Para Paden, autora surda, os TILS podem enriquecer suas traduções/ interpretações a fim de alcançar a dimensão visual e cultural da língua.

Um intérprete hábil incorpora dimensões espaciais ao conteúdo da língua oral por ser isto mais significativo para os sinalizadores e porque há a oportunidade de usar sinais mais densamente enriquecidos durante a tradução [...] Intérpretes de língua de sinais podem incorporar mais detalhes sob um risco menor de ficarem para trás na interpretação (2000, p.180).

Assim, na escolha feita pelo TILS podemos apontar que gramaticalmente há equívocos quando ele utiliza os sinais “nosso” e “estar”. No primeiro sinal, o pronome possessivo em Libras não agrega a carga semântica subjetiva de que o pai que todos nós compartilhamos seria Deus. Na segunda escolha, “estar” colabora na construção para o entendimento de que o pai morreu, uma vez que em uma visão religiosa do Participante, só podemos ir para o céu após termos morrido. Na construção não deixa claro que o sinal “estar” ocupa o sentido de pertencimento, lugar onde o “pai” habita.

Para eu entender que “Pai Nosso que está no céu” é Deus, em qualquer contexto, é apenas necessário sinalizar “Pai Deus”, que eu sei que está no céu, ou “pai e céu”. Deus não “estar” no céu ele mora lá.

Todavia, em um contexto específico a construção feita pelo tradutor/intérprete passa a ser aceitável, por ser corriqueira e pontual, mesmo ainda assim não seja considerada adequada. Dessa forma, os Participantes apontaram para a seguinte construção como aquela que contribuía para o construção global de sentido:



Na construção proposta pelo surdos percebe-se o uso espacial com o movimento do sinal de “Deus” para cima em substituição do léxico “céu”. As escolhas de sinalização além de agregar valores culturais exploram as propriedades visuais- espaciais da Libras.

Segala (2009), ator surdo e tradutor de Português escrito /Libras, tem uma das versões do “pai nosso” mais recorrente. Em sua dissertação o autor coloca a respeito do processo de tradução da oração que:

Uma das melhores estratégias de tradução para Língua Brasileira de Sinais, cuidando de fazer uma boa tradução da língua para a língua, sentido para sentido, social para social, cultural para cultural, tempo para tempo, para que os leitores surdos possam ver, conhecer, compreender, interpretar a língua fonte com respeito e equivalência de valor (SEGALA, 2009, p.55).

A proposta de Segala (2009) para a tradução do “Pai Nosso”, atendendo a todos os critérios apontados por ele foi a seguinte: “*pai (Deus lá), ter-existe lá céu*”. Nas escolhas feitas pelo autor percebemos a questão visual da língua e ainda, há o acréscimo do sinal existir para agregar o sentido de pertencimento pretendido pelo TILS quando recorreu ao uso do sinal de “estar”.

Na enunciação analisada percebe-se que não há equívocos de natureza gramatical, tão pouco de contexto semântico, uma vez que a mensagem é compreendida quando previamente se tem o conhecimento de tratar-se de uma oração. Portanto, a possibilidade de construção de sentido mediada pela tradução e interpretação requer o exercício de descobrir eu o outro (MENEZES DE

SOUZA, 2011; FREIRE 2014), agregando as construções dos enunciados na língua pretendida os valores culturais e de identidade nela contidos.

3.4. O QUE É INSUBSTITUÍVEL?

O presente enunciado emergiu para análise do âmbito judiciário. Esse contexto de atuação é bastante recorrente no cotidiano do tradutor/intérprete de Libras que atende a comunidade surda nos diferentes segmentos sociais. O enunciando em Português e as escolhas de tradução feita pelo TILS foram respectivamente:

Português: A testemunha é uma prova insubstituível

Libras:



Testemunha	Prova	Substituto	Não Tem
------------	-------	------------	---------

A partir da enunciação feita pelo tradutor intérprete o surdo apontou para seguinte construção de sentido:

A testemunha faltou e não existia nenhuma outra testemunha para substituir. Pode ser também que depois de apresentar uma testemunha não posso substituir por outra pessoa. (Participante 2)

No contexto do qual foi retirado o enunciado, a tentativa era explicar a importância e a relevância de se apresentar uma testemunha como prova no processo. Porém, o que a tradução/interpretação levou o surdo a entender a inexistência de outra testemunha para se colocar no lugar, ou a impossibilidade de substituição, não ofertando ao Participante a possibilidade de construir o sentido original da mensagem.

No caso do Léxico “insubstituível” com o acréscimo do prefixo de negação, em Língua Portuguesa, pode ser utilizado para significar o antônimo substituir, que segundo o dicionário significa: Permutável; que se consegue substituir; que pode ser trocado por outra coisa ou pessoa; que admite troca, alteração, permuta (Hoauiss, 2003, p.491). Sendo assim, insubstituível é: único; que não se pode e/ou se consegue substituir, trocar, permutar. Qualidade de quem é excepcional, incomparável ou superior.

O significado de substituir no Português corresponde ao mesmo do léxico utilizado em língua de sinais, isto é, existe um correspondente semântico comum nas duas línguas. Contudo, o acréscimo do prefixo de negação “in”, que no Português nos remete a exclusividade, nem sempre tem o mesmo significado em Libras quando acrescida da negativa “não tem”.

Na Língua Brasileira de Sinais, quando insubstituível significar único ou algo incomparável, não há como colocar a negativa “não ter” antes do sinal “substituir”, porque em Libras o tal léxico significa pôr ou “colocar no lugar de”. A ideia da palavra substituto na língua de sinais significa aquilo que é passível de ser repostado, trocado, não faz falta, e não de único. Sendo assim, “substituir” em Libras, acrescido da negativa “não ter” dá o sentido da ausência de algo para se colocar no lugar, não contemplando os significados de algo que único e excepcional.

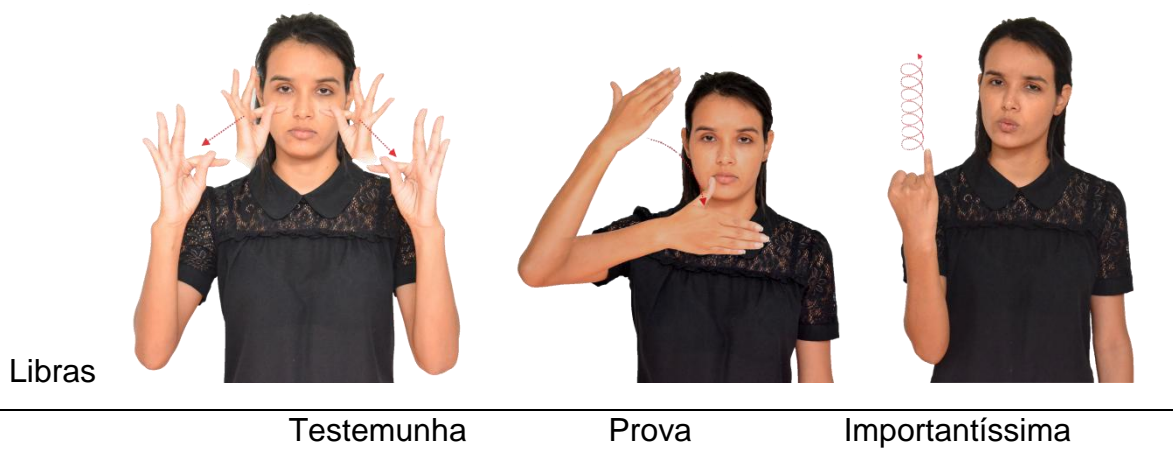
A negativa “in” da Língua Portuguesa, quando empregada para dar o sentido do antônimo das palavras, como, por exemplo, as palavras invencível e inimaginável requerem do tradutor/intérprete uma atenção especial para construir a enunciação em Libras, principalmente em recorrer a negativa de negação “não ter”.

Nos casos tomados, por exemplo, quanto sinalizado acrescido da negativa em questão pode tomar o sentido de aquele que não vence e sem imaginação. Em ambos os casos o sentido é construído de forma controversa do real, entretanto, não entrarei na discussão por considerar que devido ao contexto de sinalização essas, entre outras palavras, têm uma incidência menor de uso inadequado na sinalização, mesmo reincidindo em enunciações de forma significativa.

O papel das palavras na construção de sentido revela uma controversa problemática para a investigação da linguagem. O problema específico, é como podemos explicar a variação inerente do significado das palavras no uso da linguagem. (MACHADO, 2009, P.75)

Na fala, a autora ressalta a importância dos papéis das palavras na construção de sentidos, ou seja, como as palavras significam. Dessa forma, no contexto específico em que a palavra insubstituível está empregada no sentido de algo importante não poderia ser utilizado o sinal de “não ter”, pelo que essa negativa significa em Língua de Sinais.

Assim, a discussão para reelaboração da mensagem para se chegar no sentido original que foi emitida, os Participantes chegaram a seguinte enunciação em



Na construção vimos a substituição de palavras para se construir o sentido almejado. O léxico “importante” junto com o intensificador “mais” passou a ideia do significado de insubstituível naquele contexto empregado.

O contexto é um grande vilão, se vou a um posto de saúde e não tem um médico, peço para chamar outro e me dizem “não ter

substituto” é uma sinalização correta, mas não sei se é essa palavra no Português (Insubstituível). Nesse caso, a sinalização de “não ter substituto”, não ficou apropriada, como também não seria apropriada no caso de: o surdo adulto é uma referência linguística insubstituível para a criança surda, por que é o mesmo sentido de importância, não tem outro igual. (Participante 1)

As propriedades semânticas das línguas envolvidas no discurso são divergentes em relação aos contextos empregados. Portanto, as dificuldades à possibilidade de traduzir/interpretar não devem ser procuradas na convergência ou na divergência das línguas, mas na possibilidade de encontrar formulações equivalentes aos sentidos das mensagens.

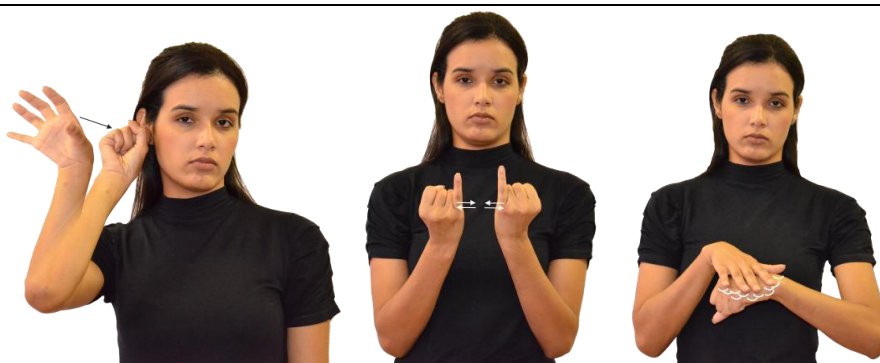
3.5 Quem fez a fofoca?

No decorrer dos anos de trabalho tive a oportunidade de trabalhar em espaços que havia pessoas ouvintes e surdas e onde a Libras era a língua dominante, visto que era uma minoria que não a dominava. Nesse local, eram comum as reuniões com a mediação do tradutor/intérprete ora pela falta de domínio da Libras por uma das chefes e, ora pelo conforto linguístico da Língua Portuguesa.

Certa vez fomos todos convocados para uma reunião, para discutir alguns problemas relacionado a comportamento diante da ausência de uma das chefes. Dessa situação trago para análise o presente enunciado, uma vez que a construção feita pelo TILS exemplifica a natureza do equivoco de sentido que apresentam a mesma construção. O enunciado e sua tradução/interpretação foram:

Português: Eu ouvi fofocas sobre a minha doença

Libras:



As escolhas lexicais feitas pelo TILS implicaram na seguinte construção de sentido realizada pelo surdo:

A fofoca foi feita por ouvintes, porque ela ouviu a fofoca, isso mostra quem fez, para ouvir precisa ser falado e surdos não usam a voz para se comunicar. (Participante 2)

A escolha da palavra “ouvir” contribuiu para a imprecisão na construção de sentido, não por sua carga semântica, mas pelas questões culturais que envolvem esta palavra. Quando questionado a respeito do léxico empregado na enunciação o Participante colocou:

Trata-se do verbo ouvir, como por exemplo, um barulho ou uma conversa. É usado também para se referir a pessoas que não são surdas, os ouvintes (Participante 2)

Segundo a fala do surdo o emprego semântico da palavra “ouvir” seria aceitável para a construção do enunciado. Todavia, existem questões culturais e de identidade que envolve o emprego e o significado dessa, entre outras palavras, que foram desconsideradas na escolhas lexicais da enunciação do profissional.

Ao analisarmos do ponto de vista de significado “ouvi” em Português é a conjugação da primeira pessoa do singular do verbo ouvir, que segundo o dicionário é: entender, perceber os sons pelo sentido do ouvido, da audição. Desse modo há equivalência semântica em Língua de Sinais, percebida na fala do surdo supracitada. A questão transpassa a polissemia e contextos de emprego da palavra, leva a construção de sentido ao nível cultural no qual a língua foi constituída.

Podemos dizer que os surdos criaram uma língua diferente da língua dos ouvintes, os achados linguísticos nos trazem elementos de reflexão sobre essa produção também humana, a partir de sua condição não auditiva, de sua condição essencialmente visual, a partir do seu lugar histórico, de seu modo de olhar. Cada grupo social, e seus valores, pela sua forma de ver o mundo, produz sua língua e transforma-se pelo uso dela. (ALBRES, 2013, p.89)

A condição surda e a forma de interagir com um desdobrou-se para a língua interferindo no sentido de alguns léxicos, mesmo que estes preservem sua

carga semântica e inicial, como é o caso das palavras barulho, ouvi, falar, entre outras que passam por sua condição não auditiva.

Surdo não fala com a voz então para ser ouvida ela precisou ser dita por alguém que use a fala. Se fosse feita por um surdo teria sido vista, no caso de ouvintes que dominam a Libras senão, ela ficaria sabendo ou teria sido avisada e não ouvido. (participante 3)

Não existem na escolha de sinalização feita pelo TILS erros de ordem normativa, a questão está relacionada à implicação cultural no significado da palavra “ouvir”, evidenciada na fala dos surdos: “se fosse feita pelo surdo ela seria vista”. O fator determinante para o equívoco reside em o tradutor/intérprete ter desconsiderado dois fatores importantes para a elaboração do enunciado em Libras, o primeiro a condição de quem produzia o enunciado e segundo a condição de quem recebia.

A discriminação se visibiliza no momento do contato ostensivo com os ouvintes e suas instituições, que delimitam as regras e as formas pela qual se deve “apreender” a tradição, uma tradição oralista de ouvintes, que encarcera a língua de sinais e a subordina às formas de domínio da fala e do universo dos sons. Desde criança, os surdos descobrem porque suas relações com o mundo passam a ser afetadas pelos ouvintes. (Massuti, 2007, p.18)

A autora alerta para o fato ignorado pelo TILS e pontuado pelos surdos, em que a tradução/interpretação não está livre do domínio da fala. A pessoa que produzia o enunciado era ouvinte, chefe, que apesar de não ter proficiência em Libras para ser tradutora/intérprete, sabia a língua suficiente para se comunicar. Isso implica dizer que o uso da palavra ouvir, dita na reunião, condizia com a sua condição de ouvinte e não com a língua na qual a palavra foi produzida.

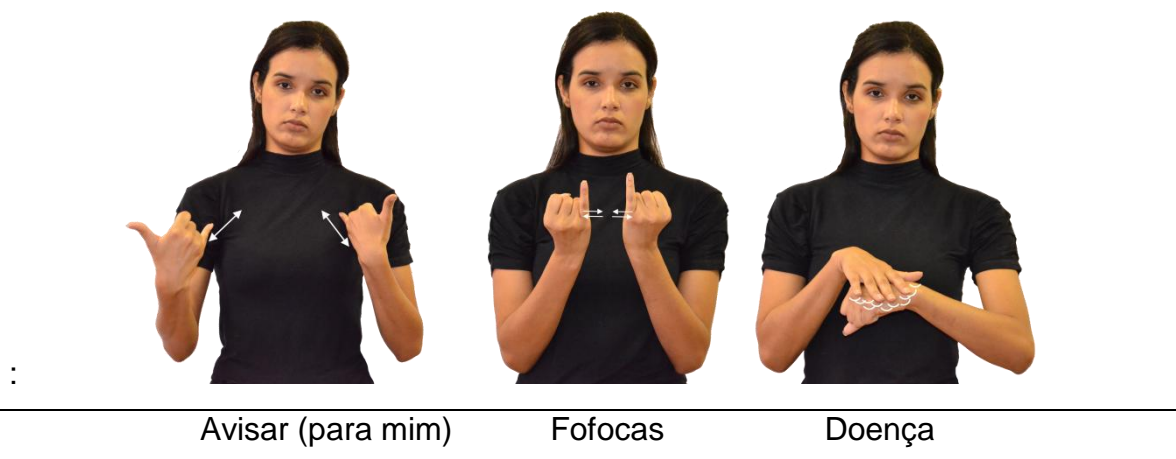
No segundo aspecto, as pessoas que recebiam, existiam ali surdos e ouvintes, portanto alguns em condições de falar na língua oral e com isso produzir som que pudesse ser ouvido, e alguns na condição de emitir a fala apenas de forma visual, conseqüentemente, sem articulação vocal das palavras.

Assim, culturalmente “ouvir” estava reservado ao primeiro grupo de pessoas, porém na formulação de enunciado original estava apenas relacionado a pessoa que construía o discurso. Ao ignorar esses fatores o TILS criou outro

sentido para a mensagem, conforme a análise do Participante. De acordo com Menezes de Souza (2011, p.137),

A produção de significação não é um ato aleatório e voluntarioso de indivíduos independentes: pelo contrário, a produção de significação é um ato complexo sócio-histórico e coletivo no qual cada produtor de significação pertence simultaneamente a diversas e diferentes comunidades que constituem um conjunto social coletivo.

Nesse sentido, após a discussão e análise do enunciado concluiu-se que a construção que contemplaria as duas comunidades que constituíam aquele conjunto social e preservaria a indeterminação presente na fala da chefe seria:



O termo Dúbio foi substituído o pelo sinal de “me avisar”, o verbo avisar com alteração da orientação para marcar a pessoa do discurso, que no contexto entende que de alguma forma, independente da língua, ela ficou sabendo. Contemplar a questão cultural dos sujeitos usuários de uma língua é um dos fatores que contribui para alcançar a dimensão da construção de significados sob a óptica do outro, possibilitando caminhos para mediação dos significados em línguas distintas.

A substituição dos itens lexicais do Português para a Libras pode ser um recurso eficiente quando o conteúdo da mensagem envolve sentidos como: ouvir que pode corresponder a ver, falar que pode ser traduzido como sinalizar, sendo, de maneira geral, a principal diferença entre os interlocutores destas duas línguas, que incorrem na produção de costumes distintos.

3.6 CADÊ O DINHEIRO QUE ESTAVA AQUI?

As questões ligadas à vida financeira, serviços e utilidade bancária são ao lado do atendimento à saúde, um dos contextos que exigem mais atenção na atuação do tradutor/intérprete de Libras devido à linguagem técnica referencial e a responsabilidade do impacto imediato na vida do surdo.

O enunciado eleito para análise foi um dos principais motivos de agendamento do serviço de tradução/interpretação feitos no CAS. Sem dúvida entender as terminologias específicas da linguagem bancária não é uma tarefa simples, conseguir transferir esses conceitos para outra língua permitindo que o sujeito consiga atribuir sentido, torna-se uma atribuição difícil. Vejamos o enunciado e sua tradução/interpretação para língua de sinais:

Português: Você pode usar o limite da conta corrente



A sinalização realizada pelo TILS implicou na seguinte (in)compreensão da mensagem pelo surdo:

Posso utilizar todo dinheiro que existe na minha conta, até o limite; o final, todo o dinheiro que aparecer no meu extrato, inclusive o valor que aparece escrito à palavra Limite. (Participante 3)

O ponto relevante entre o enunciado em Libras, e a consequência da tradução/interpretação, consiste no léxico “limite”, específico da linguagem bancária. O significado empregado à palavra, no contexto específico, nos remete a um conhecimento igualmente peculiar, que adquirimos de forma dialógica e por meio da Língua.

As comunidades surdas muitas vezes ficam alheias a algumas questões sociais, principalmente assuntos marcados pelo uso quase exclusivo da oralidade. O convívio de pessoas surdas com a sociedade ouvinte, até chegar à idade adulta se dá, em sua maioria, em contexto escolar e religioso, portanto elas ficam restritas às questões ali discutidas. Outro fator relevante é o fato de que os surdos têm acesso aos demais setores da sociedade, acompanhado de um familiar ou amigo e não de um profissional, dessa forma os conceitos explanados nesses encontros ficam comprometidos.

Assim, o sentido empregado à palavra limite no contexto bancário é em geral desconhecido pelos surdos. O fator complicador desta enunciação consiste na equivalência semântica da palavra nas línguas envolvidas. Em um primeiro momento o TILS pode utilizar o sinal “limite” sem perceber que não está construindo o sentido real da palavra para aquele contexto, ou ainda, que o surdo não faz atribuição do sentido por desconhecer a implicação do uso da palavra e não o seu conceito.

Limite significa o último, até, pode ser usado em diversos contextos, por exemplo, o carro conseguiu para no limite do penhasco. Ou, eu não suportava mais, estava no meu limite. (Participante 3)

A conceituação dada pelo surdo para a palavra “limite” em língua de sinais é uma parecida aquela presente no dicionário da Língua Portuguesa que diz: linha de demarcação; raia; fronteira; meta. Ao analisarmos o sentido empregado pelo

banco, também, pouco se difere do colocado pelo surdo em sua análise. Segundo o site do Banco do Brasil limite é um crédito disponibilizado em conta corrente e que pode ser utilizado sempre que não houver saldo suficiente para pagamentos de contas, cheques, saques em dinheiro, etc.

A natureza do equívoco do sentido não está na construção linguística, ou em questões ligadas a polissemia. Encontra-se no fator extralinguístico implícito na enunciação; de quem é o limite se a conta é minha? Se eu não pedi quem colocou o dinheiro lá? Posso usar sem pedir e sem precisar de autorização, não é meu?

Segundo Bakhtin, os fatores extralinguísticos “penetram o enunciado também dentro” (2010, p.313), nesse sentido, o fato do “limite” pertencer ao banco e não do sujeito, é algo que está além do sistema linguístico no enunciado, porém, um conhecimento necessário para o entendimento da mensagem. Nessa relação o surdo colocou durante a análise:

Esse erro já aconteceu comigo, faltava dinheiro quando recebia salário decidi ir ao banco com o TILS para saber o que estava acontecendo, foi quando disseram que tinha usado o limite (usando o mesmo sinal da ilustração), não entendi o porquê de usar o meu dinheiro todo, poderia me gerar uma dívida, eu não tinha feito um empréstimo, por que os juros? Não fazia sentido. O dinheiro é meu e não posso gastar tudo, que regra é essa? Só depois de algum tempo, com muitas explicações entendi que o “limite” é um tipo de empréstimo que você não pede, o dinheiro que aparece no extrato não é meu, eu posso usar, claro, mas vou pagar juros. (Participante 3)

Para o enunciado em questão a transferência, por si, não possibilita a compreensão do significado, portando a tradução/interpretação para possibilitar a construção do sentido por parte do interlocutor, necessita a complementação de uma breve explicação. A proposta de sinalização por parte dos Participantes foi a seguinte:



PODE USAR LIMITE, MAS JUROS

A construção proposta pelos surdos apresenta os aspectos extralinguísticos materializados na construção sintática e lexical da Libras. A escolha de sinalização do enunciado nos mostra como os sentidos da tradução/interpretação, são atribuídos a partir da interação do TILS com os aspectos da condição social, imediata, dos sujeitos que a compõem e que ultrapassam a abstração linguística. Os conflitos entre as línguas que não se cruzam encontram brechas e partilham de outras formas relacionais. Para os surdos a expressão facial é uma das alternativas que permitiram equacionar as diferenças e os intervalos culturais.

As particularidades do conceito implícitos na palavra “Limite” e sua expressão lexical em Língua Portuguesa ficam evidentes no enunciado, provocando a necessidade uma tradução/interpretação guiada por estratégias semânticas. Isso se deve ao fato do léxico da Libras ter propriedades diferenciadas do léxico das línguas orais e vice-versa e pelos fatores extralinguístico que compõe a enunciação e contribuem para a construção de sentidos.

Os TILS procuram encontrar sinônimos ou paráfrases para que os significados em Língua Portuguesa sejam passíveis de entendimento por parte do Surdo em Libras. Essas escolhas ora se ajustam, em algum grau, ao significado contextual, ora se distanciam. Porém, para o Surdo, a expressão da compreensão ainda se revela altamente complexa devido a fatores ainda a serem investigados. Portanto compreendo a linguagem é compreendida por meio de um conjunto de perspectivas de análises teóricas e metodológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando refletir sobre as questões levantadas na introdução, o texto desta dissertação foi desenvolvido em diálogo com os autores que dedicam-se aos estudos da Tradução, Interpretação, Língua de Sinais, cultura surda bem como teóricos que contribuíram para a discussão situada na construção de sentido por meio do uso das línguas.

Seguindo o compromisso, esta dissertação teve como objetivo investigar, os processos de construção de sentido nas traduções interpretações de Libras/Português em enunciados que continham itens polissêmicos, conceitos críticos e alguns que apesar de possuírem correspondentes lexicais/gramaticais na Língua Portuguesa, mas estes não, necessariamente, equivalentes formais, em Libras.

O problema norteador desta dissertação reporta-se em como ocorrem os processos linguístico-cognitivos dos conceitos críticos na atividade de tradução/interpretação da Língua Portuguesa para a Libras, pelos tradutores/intérpretes.

Neste estudo, investiguei as particularidades lexicais, semânticas e pragmáticas de seis enunciados nos processos tradutórios da Língua de Sinais entre um grupo de tradutores/intérpretes e Surdos do Mato Grosso do Sul. A pesquisa etnográfica de cunho interpretativa, na qual se utilizaram recursos de filmagens e manipulação do *software* ELAN para os processos de transcrições de anotações de glosas.

No decorrer da pesquisa, pude verificar que a tradução/interpretação de enunciado é, portanto, um exercício de compreensão cognitiva com referência a texto/discurso estabelecido, ou seja, é a apropriação de um sentido possível, de uma compreensão. Daí compreender o sentido do “eu no outro” em Freire (2014) e Menezes de Souza (2011), pois um conceito pode relacionar-se a diferentes escolhas lexicais, que se comportam de formas distintas, semântica e culturalmente, nas línguas envolvidas.

Nesse sentido, quando o TILS ocupa a fronteira da tradução/interpretação, e recebe o enunciado transferindo para a Libras, surge o processo de construção de sentidos, linguísticos e cultural da Língua Portuguesa/Libras. Nesse sentido a

expressão “zona de contato” torna-se apropriada para (re)pensar aspectos de colonização e descolonização nesse processo.

Nas zonas de contato entre surdos e ouvintes, surgem elementos que demonstram uma de relação opressiva social construída historicamente, e impostas com base em um modelo de pensamento que eleva a fala como elemento central de construção de sentidos. A hegemonia das línguas orais como meios de construção de saberes demandam em vários tipos exclusões, dentre elas, a de ordem linguística. Questão essa que corrobora para a construção de um processo hierárquico nas representações culturais e linguísticas entre surdos e ouvintes. A língua de sinais, característica fundamental da diferença surda, passa pelos mesmos julgamentos reducionistas que sofrem os sujeitos que as utilizam.

As questões de representação na tradução/interpretação cultural, baseadas na perspectiva de zonas de contato, contribuem para o debate acerca das alteridades e a condição secundária imputada aos surdos. A cultura surda então emerge como significante da diferença e de resistência colonial, que sobreviveu em territórios simbólicos traçados como um campo onde as línguas se cruzam e desestabilizam sentidos fixos.

No centro desse debate, Quadros e Skliar (2000) propõem três espaços para (re)pensar a (des)construção da cultura surda: os espaços coloniais, representados por um conjunto heterogêneo de práticas e interesses que objetiva um sistema de domínio; o espaço multicultural, definido como um tipo de consciência coletiva que se opõe a todas as formas de centrismos, mas que precisa ser visto em suas rupturas e pluralidade; os espaços pós-coloniais, representados pelos múltiplos lugares da linguagem, das narrativas dos “diferentes”, que recusam as representações das diferenças como traços culturais ou étnicos essenciais.

Dessa forma, constatei que o ato tradutório é em sua essência uma negociação de sentidos entre línguas e culturas, e para tal é necessário algumas atitudes durante esse processo. Contextualizar os sujeitos do discurso durante o ato do tradutório, inferir significação as informações do enunciado; incorporar na ação o sujeito do discurso quando necessário; resgatar pistas metalinguísticas durante suas escolhas, ter o domínio e o autocontrole linguístico em situações de

conflito cultural, atentar para a percepção linguística visual do surdo e no que tange aos aspectos gramaticais da Língua de Sinais um considerável conhecimento linguístico, são habilidades que a tradução/interpretação da Língua de Sinais/Português requer de seus profissionais.

As decisões tomadas buscando correspondência linguística pelo TILS no ato tradutório determinam, muitas das vezes, a inserção social, as relações interpessoais e o acesso a educação, comunicação e a informação do Surdo. Com isso, o TILS ao transitar por fronteiras, passa a ser um agente determinante na comunicação entre o Surdo e a sociedade ouvinte. Sendo assim, os vários contextos em que se faz necessária a presença dos TILS são permeados de representações que envolvem desde questões de legitimação profissional a aspectos relacionados à cultura surda e identidade dos sujeitos, surdos e Tradutores/intérpretes.

A pesquisa aponta para a necessidade de prover estudos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competência semântica e pragmática dos tradutores/intérpretes de Libras, nos processos de compreensão e tradução/interpretação que há intenção comunicativa do interlocutor, em manter a lógica do enunciado a partir de marcas linguísticas e culturais do discurso, ao elaborarem construções gramaticais que expressam conceitos críticos que possuem categorias de equivalências formais e funcionais entre expressões das duas línguas.

A atuação do TILS transcende à simples ação de gesticular ou apontar o concreto. Percebe-se que o TILS assume a figura de mediador situacional cultural. A questão da tradução/interpretação pode ser problemática num discurso singular, pois torna possível a utilização de um conjunto de signos e construções gramaticais suscetíveis de ser utilizado pelo TILS em sua autoria de traduzir/interpretar.

Observei que a prática do tradutor/intérprete de Libras envolve várias competências e, entre elas, algumas específicas que podem ser compreendidas e desenvolvidas a partir de estudos linguísticos. Constatei que fazer a tradução/interpretação Libras/Português significa transitar na zona de conflito da mediação discursiva e subjetiva de sujeitos que se expressam por línguas tão

distintas. Significa construir pontes dialógicas entre sujeitos singulares, (des)construir enunciados, produzir sentidos e aproximar olhares e culturas.

Na sociedade majoritária ouvinte o surdo é o estrangeiro, em imersão na Língua de sinais, o ouvinte é quem não fala, não discursa, portanto, não produz sentidos. A inversão dicotômica usada apenas para revelar entretanto, que a troca de papéis de estrangeiridade, ser o “outro” demonstra que é a língua que produz efeitos de subjetividade. Significa, em outras palavras, que para a nossa prática de TILS, precisamos nos tornar críticos dos nossos padrões que estão centrados na sonoridade, desconstruindo estereótipos.

O TILS necessita desenvolver habilidades, competências e estratégias para sua atuação. Para adquiri-las se é importante à prática intensiva e o contato com a comunidade surda para que possa aprimorar-se continuamente. Somente com a prática que possibilita os conhecimentos linguísticos e culturais é que se alcança um padrão de excelência para a atividade profissional do tradutor/intérprete de Libras. O TILS precisa, saber o meio, o sentimento e o jeito daqueles que participam das enunciações, essa condição requer a negociação de sentidos, e não se dá sem conflitos.

Os resultados obtidos sinalizam que, de fato, conceitos que não possuem equivalentes formais em Libras, são críticos no processo de tradução/interpretação tanto para os TILS quanto para os Surdos. Porém, no percurso da pesquisa, constatei ainda que há uma criticidade maior em conceitos que aparentemente apresentam equivalências semânticas. Contudo, para a construção de sentido requer conhecimentos consistentes do modo como os surdos compreendem e interagem com o mundo. Um olhar mais atento sobre as formas como os surdos colocam-se nas narrativas e suas perspectivas culturais revelam o quanto resistem ao colonialismo.

A Libras por sua condição viso-espacial configura por si só uma transgressão ao que é defendido pela tradição ocidental em valorizar o som, e é nessa sutileza que resiste a dificuldade que leva ao conceito problemático de tradução/interpretação entre línguas orais e línguas sinalizadas. Os TILS se interpõem entre línguas e culturas, como mediadores que assumem o lugar de tensão das diferentes vozes, a dos surdos, dos ouvintes e de sua voz, assumindo o papel do sujeito, que precisa descolonizar a si mesmo e ao outro. Portanto,

esses profissionais apresentam a dupla tensão ao lidar com as escolhas culturais e linguísticas, conscientes e inconscientes.

Pensando a minha prática ao longo desses anos e a partir desta dissertação, percebi que enquanto TILS nos colocamos nas brechas, quase abismos, entre a sociedade e os surdos, na tentativa de minimizar os efeitos causados por anos de marginalidade. Sem perceber, assumimos além de nossas funções linguísticas, a pretensão de sermos libertadores da comunidade surda, e acabamos nos colocando, também, em situação de colonizador. Repousam sobre os nossos ombros a responsabilidade de toda uma sociedade.

Para realizarmos nossa prática de forma condizente ao padrão que os surdos exigem e merecem, precisamos mudar as nossas concepções de como concebemos a nossa tarefa de tradução/interpretação. Mas, contudo precisamos criar estratégias que nos eximam da responsabilidade de uma sociedade em que ainda se concebe apenas uma língua, uma cultura e um único sujeito homogêneo produto das normas e convenções estabelecidas pela maioria, ouvinte, falantes da Língua Portuguesa e centrados no som.

Portanto, as investigações elencadas nesta dissertação são os primeiros passos de um caminho que pretendo percorrer, no qual buscarei me guiar nas teorias e conceitos que fui apresentada neste processo como, por exemplo, o translinguismo de Canagarajah (2013), porém, não trouxe neste trabalho por considerá-lo inicial em minha jornada. Espero que as considerações feitas aqui sirvam de subsídio para aspectos fundamentais da competência tradutória, especificamente nas particularidades da tradução/interpretação de conceitos críticos cuja expressão em Língua Portuguesa e Libras são tão variadas quanto complexas, dadas as diferenças linguísticas nos níveis lexicais e sintáticos entre os dois sistemas, culturais e na forma pela qual os sujeitos da enunciação foram concebidos.

REFERÊNCIAS

- ALBAIR, A. H. **Aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos**. In: PAGNO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Orgs.) *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 17-59
- ANATER, G. I. P.; PASSOS, G. C. R. **Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação**. In: *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC/PGET, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 12 abril de 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 12 abril de 2015.
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BAKHTIN, M. (V.N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1992 [1929].
- BRITTO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguísticas e Filologia. 1995.
- BRITTO, ET al. **Libras- Língua Brasileira de Sinais: Quero aprender**. Campo Grande MS, SEMED, 2012.
- BURKE, P. **O que é história cultural? Tradução**: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.
- CANAGARAJAH, A. S. **Literacy as a Translingual Practice, Between Communities and Classrooms**. New York and London: Routledge, 2013.
- CAMPOS, G. **O que é Tradução**. São Paulo: Brasiliense, 1986 Coleção Primeiros Passos.
- CUCHE, D. **A noção de cultura na s ciência s sociais**. Bauru: EDUSC , 2002.
- DASCAL, M. **Interpretando e compreensão**. Editora Unisinos. São Leopoldo. 2006.

DAGUT, M. B. **Can metaphor be translated? Babel: International Journal of Translation.**

v. 22, n. 1. p. 21-33, 1976.

DELBECQUE, N. **Linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem.** Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

ECO, U. **Quase a mesma coisa: experiências de tradução.** São Paulo: Record, 2007.

FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias.** Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

Felipe de Souza, T. A. **A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na língua brasileira de sinais (LIBRAS).** Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000. 61p.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa? São Paulo,** Editora Parábola: 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. 213p.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação.** Campinas: Mercado das Letras, 1999.

GUISAN, P. **Língua: a ambiguidade do conceito.** In: SALGADO, Ana Claudia Peters. Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre língua em/de contato. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2003.

LABORITT, E. **O vôo da Gaivota.** São Paulo: Best Seller, 1994.

LAKOFF, G.; JOHNSON, L. **Metáforas da vida Cotidiana.** (Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Edpuc, 2002.

LACERDA, C. B. F. **O Intérprete de Língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes.** In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa e GOES, Maria Cecília de. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: editora Lovise, 2000. p.51-84

LOPES, M. C. **Surdez e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MACHADO, F. M. A.; **Tradução e interpretação de Libras/Português dos conceitos abstratos crítico e autonomia.** Dissertação de mestrado Universidade de Caxias do Su 2009.

MAGALHÃES JR., Ewandro. **Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MASUTTI, M.L. **Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

McCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. **Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB).** In: SALLES, H. (Org.), Bilinguismo e surdez. Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. CMC, **Hibridismo e Tradução Cultural: Reflexões.** In: BRAGA. D. B. Trabalhos em linguística aplicada. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. O professor de inglês e os letramentos no século XXI: métodos ou ética?. In: JORDÃO, C. ederM.; MARTINEZ, J. Z.; HALU, R. C. (Org.). **Formação desformatada: práticas com professores de Língua Inglesa.** Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 279-303.

MICHAELIS: **moderno dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramento, 1998.

Monte Mór, W. **Língua e diversidade cultural nas Américas multiculturais.** Interfaces Brasil/Canadá, Porto Alegre, v.1, n.2, 2002.

_____. **‘Multi’, ‘Trans’ e ‘Plural’: discutindo paradigmas** In: MACIEL, R. F.; TAKAKI, N. H. (Org.) Letramentos em Terra de Paulo Freire. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p.25-42.

PERLIN, G. T. T. **Histórias de vida surda: identidades em questão.** dissestarção de mestrado UFRGS, 1998.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **História cultural dos surdos: desafio contemporâneo.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR

PRATT, M. L. **A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco,** *Revista Travessia*, n. 38, jan./jun. 1999.

_____. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade.** Dissertação de doutorado UFRGS, 2006.

PEREIRA, M. C.; RUSSO, A **tradução e interpretação de Língua de Sinais: técnicas e dinâmicas para cursos.** Taboão da Serra: Cultura Surda, 2008.

QUADROS, R. M. (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

_____. ; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Educação de surdos: aquisição de linguagem.** São Paulo: Artmed, 1997.

_____, R. M. de; PIZZIO, Aline Lemos. **Aquisição da língua de sinais brasileira: constituição e transcrição dos corpora.** In: SALLES, H. (Org.) Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais Goiânia: Câne Editorial, 2007.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. **Ensino de Língua Estrangeria como prática translíngue: articulações com teorizações bakhtinianas .** D.E.L.T.A., 2015, (411-445)

SACHET, S. **A Interface Tradução e Jornalismo: Marcas Culturais no Texto de Revista.** Florianópolis : UFSC, 2005.

SILVA, T.T.da (Org). **Identidades Terminais. As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. A. **Localização Política da Educação Bilíngue para Surdos** (p. 7-14) *in* _____ (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Processos e Projetos Pedagógicos.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

SAPIR, E. **Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality.** David Mandelbaum (Ed.) Berkeley: University of California Press, 1958.

SEGALA, R. R. **Tradução Intermodal e Intersemiótica/interlingual: Português Brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais.** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC/CCE, 2010.

SOBRAL, Adair. **Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução.** São Paulo: SBS, 2008.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história.** Dissertação de doutorado UFSC, 2008.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

TAKAKI, N. H. **Da metodologia de pesquisa em letramentos e sociedade para a ética:** implicações na formação continuada da comunidade científica. Polifonia, Cuiabá, MT, v. 19, n. 25, p. 87-110, jan./jul. 2012.

_____. **Leitura na formação de professores de inglês da Rede Pública:** a questão da reprodução de leitura no ensino de inglês. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. 142p.

WILCOX, S.; WILCOX, P. P. **Aprender a ver, o ensino da língua de sinais americana como segunda língua.** Petrópolis: Arara Azul, 2005.